



O SR. PRESIDENTE (PMDB – RN. Garibaldi Alves Filho.) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar os 18 anos de vigência da Lei nº 8.069, de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Convido para compor a Mesa – aliás, nem preciso convidar porque ele já está aqui – o Deputado Osmar Serraglio, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados; convido o Exmº Sr. Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; convido a Exmª Srª Deputada Rita Camata, fundadora e membro titular da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente; convido a Exmª Srª Senadora Patrícia Saboya, Coordenadora da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente; convido a Srª Rosa Maria Ortiz, Membro do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas/Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU; convido a Srª Ana Lúcia Andrade, Educadora do Projeto GirAção; convido a Srª Carmen Silveira de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Vice-Presidente do Conanda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya, que falará pela Liderança do PDT no Senado.

A SRª PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional Garibaldi Alves; o Exmº Sr. Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial de Direitos Humanos das Presidência da República; a Exmª Srª Deputada, amiga de todas as crianças brasileiras, Rita Camata, fundadora e membro titular da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente; as Srªs e os Srs. Deputados Federais; a Exmª Srª Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; a Srª Rosa Maria Ortiz, Membro do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas / Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU; a Srª Carmem Silveira de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e Vice-Presidente do Conanda, nesta ocasião representando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; todos os jovens e crianças do Projeto GirAção aqui presentes – agradeço a presença de vocês e os cito em nome da Ana Lúcia, querida amiga de todos nós – ; o Dr. Dioclécio Campos Jr., Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; a Drª Raquel; as senhoras e os senhores aqui presentes.

Hoje é, sem dúvida alguma, um dia de alegria: comemoramos os dezoito anos de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. E eu me lembro – na verdade, fui aqui lembrada – de uma data muito especial: em 1989, setecentos meninos e meninas aprovaram simbolicamente o Estatuto da Criança e do Adolescente aqui no plenário do Senado da República. Hoje, parte desses adolescentes vieram prestigiar este dia que é tão especial para todos nós.

Neste domingo, dia 13 de julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, conhecido assim por todos nós, completa dezoito anos de vigência. É, sem dúvida nenhuma, uma data histórica e cheia de simbolismo para todos nós, sobretudo para os meninos e meninas de nosso País.

Tenho refletido bastante a respeito do significado desse aniversário. Creio que temos motivos robustos para comemorações. O Estatuto é uma lei que pegou, sim, ao contrário do que apregoam alguns críticos. O que ocorre é que, apesar de seus dezoito anos de existência, muitas autoridades, de norte a sul do



País, ainda insistem em desrespeitar nossa legislação, não assegurando, no dia-a-dia, os direitos de crianças e adolescentes brasileiros. E o que pior: defendem a modificação de uma lei que sequer tentaram aplicar.

Trata-se de uma atitude totalmente sem sentido, despida de qualquer racionalidade. Não podemos aceitar o argumento de que o ECA não pode ser cumprido porque é moderno demais, ousado demais. Ora, então devemos mudar a legislação porque não conseguimos nos adequar a ela? Não! Isso é um grande equívoco. Quem infringe as normas é que deve ser responsabilizado – e não a própria lei. Vivemos, no Brasil, uma situação em que o próprio Estado é o principal infrator, na medida em que viola, dia após dia, os direitos de nossos meninos e meninas: o direito de freqüentar uma boa escola; o direito de ter acesso à saúde pública de qualidade; o direito de ter uma moradia digna, um teto para viver; o direito de ter acesso à cultura, ao esporte, ao lazer; o direito de viver e de brincar livremente nas nossas cidades.

O Estatuto, senhoras e senhores, é considerado uma das legislações mais progressistas do mundo no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência. O nosso sentimento, portanto, deveria ser de orgulho supremo por termos construído uma legislação tão moderna, tão criativa e tão vanguardista. E o nosso compromisso cotidiano deve ser o de colocar em prática os 267 artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, transformando a vida e o destino dos mais de sessenta milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, para falar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, precisamos fazer um breve relato acerca do rico processo que culminou na sanção desta lei – certamente a Deputada Rita Camata irá fazer isso como alguém de direito, porque participou, estimulou e foi uma das maiores lideranças em todo esse processo. O Estatuto é fruto de uma intensa mobilização social e nasceu em um período em que o nosso País vivia uma grande efervescência política. Era, sem dúvida, um momento histórico, caracterizado por um profundo sentimento de esperança na construção de um país mais democrático, mais justo e mais desenvolvido.

Tudo começou com as discussões na Assembléia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, que contou com a intensa participação dos movimentos sociais ligados à área da infância e da adolescência. Essa articulação foi fundamental para a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição de 1988. Estava ali, no texto constitucional, o embrião do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dois anos depois, nascia o ECA – também fruto de uma estreita e produtiva parceria entre parlamentares e a sociedade civil. Muitos que agora dividem conosco este momento de celebração participaram ativamente dessa construção coletiva, que teve na figura da Deputada Rita Camata a principal liderança no Congresso Nacional.

Cabe ressaltar que a própria Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, que conta atualmente com mais de cem Deputados e quase 30 Senadores, surgiu nesse período, sendo criada oficialmente em 1993, sob a coordenação da Deputada Rita Camata. De lá para cá, temos colhido significativas vitórias na batalha por melhores condições de vida para nossas crianças e adolescentes. Se hoje a pauta da infância e da adolescência ocupa um



lugar de maior destaque na agenda política do Brasil, devemos essa conquista, em boa medida, à luta apaixonada, aguerrida e determinada de homens e mulheres que ajudaram a escrever cada artigo do Estatuto e que, ao longo de todo esse processo, jamais desistiram dessa luta. E hoje, aqui, mais uma vez, testemunho a luta, a coragem, a determinação e a paixão de tantos que aqui estão que começaram essa luta há tantos anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde que entrei na vida pública, tenho procurado me dedicar às causas sociais, em especial à defesa dos direitos das novas gerações. Temos, lamentavelmente, uma enorme dívida com nossas crianças. Portanto, precisamos lutar com determinação, vontade política e, acima de tudo, paixão, para que nossos meninos e meninas tenham melhores condições de vida.

Não é raro vermos políticos, na época de eleições, quando são candidatos, segurando as criancinhas no colo e dizendo que elas serão prioridade em nosso País. Mas também é muito comum, quando se elegem, esquecerem desses compromissos, esquecerem que a vida das nossas crianças depende de orçamento, de recursos, para que os programas sejam desenvolvidos.

Escolhi atuar na defesa da criança e do adolescente como uma luta e uma bandeira não mais do meu mandato, Sr. Presidente, mas uma bandeira de vida. Aquela que me dedico com todo o entusiasmo, com todos os problemas que aqueles que resolveram dedicar-se a essa luta encontram no seu dia-a-dia.

A frustração surge, quantas e quantas vezes, ao denunciarmos problemas que são tão graves, como violências, maltrato, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, o crime organizado atraindo, seduzindo os nossos filhos e as nossas filhas para as ruas escuras, nas avenidas das cidades do nosso País.

Decidi entrar de cabeça e coração nessa luta, porque antes de estar em qualquer posição – e a política é algo transitório, ela passa, o cargo passa, hoje eu sou Senadora, amanhã eu posso voltar a ser uma cidadã dona-de-casa, mãe dos meus filhos, professora, como assim sou –, essa luta vai permanecer na minha cabeça e no meu coração não importa onde eu esteja. Tenho o convencimento total e inegociável de que, se nós formos capazes de cuidar e de proteger as nossas crianças, os nossos adolescentes e de dar uma oportunidade a nossa juventude, nós teremos um País muito melhor, muito mais justo, muito mais decente, onde nossos filhos sejam cuidados, onde cada um de nós, independentemente da posição que ocupe, seja um tomador de conta das nossas crianças. Que a gente não fique mais apático ou sem querer enxergar as crianças que estão nos sinais, nos faróis, as crianças que passeiam e que, muitas vezes, desfilam os seus corpos ainda malformados, para pessoas, criminosos e bandidos que, muitas vezes, acabam com a vida de uma família ou de uma criança.

Eu queria que hoje, nos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda tivéssemos muito mais coisas para comemorar, Deputada Rita Camata. Eu queria muito, Sr. Ministro, que um dia a gente pudesse viver num País onde os nossos filhos pudessem, livremente, andar, correr, brincar, estudar, profissionalizar-se e tornar-se alguém na vida.

Eu queria muito, como o meu esforço e o de tantos homens e mulheres deste País, que as autoridades, todas elas, compreendessem que é muito



mais inteligente quem investe na primeira infância, quem oferece a oportunidade de uma escola boa e de qualidade, onde os nossos filhos possam realmente vislumbrar um futuro melhor, onde todas as crianças possam ter a mesma escola.

E que essa escola ofereça-lhes o conhecimento, dê-lhes a chance de ter acesso à cultura, à arte, ao lazer e ao esporte, ofereça-lhes a Internet como a nova língua, a informática, a língua do mundo, uma escola que possa ajudar as nossas crianças a aprenderem uma língua estrangeira, a terem uma profissão, uma escola que tivesse quadras de esportes e piscinas olímpicas que pudessem ajudar na formação dos futuros atletas deste País.

Mas eu queria que essas escolas não fossem só para os nossos filhos, que não fossem só as escolas da classe média ou dos ricos que podem pagá-la. Eu queria que todos os filhos que nascessem neste País tivessem direito a uma escola e a uma educação que os libertassem, que lhes dessem consciência para que se formassem verdadeiros cidadãos.

É muito comum a gente colocar a responsabilidade das mazelas deste País nas mãos da juventude, nas mãos daqueles que são muito mais vítimas do que qualquer outra coisa, nas mãos desses que muitas vezes não tiveram a oportunidade de ter, mesmo no ventre da sua mãe, a dignidade do tratamento, do carinho, do amor e do afeto, pois isso é que faz com que nossos filhos se tornem cidadãos de verdade. É o amor, é o afeto, é o carinho. (Palmas.)

Amor, amor, amor e amor é a melhor palavra que um ser humano pode empregar, é o melhor remédio para curar, e sabemos disso. Nós, que somos adultos, sabemos como vale o sorriso de uma criança, como vale o olho brilhando de um jovem quando se encontra com a sua verdadeira profissão, com a sua verdadeira vocação.

É na juventude que está a inteligência, que está a energia, que está a adrenalina para que este País cresça e seja um país de verdade. Mas quantas e quantas vezes nos esquecemos disso e resolvemos minimizar o problema e dizer que os jovens são responsáveis pela violência, como se eles não fossem muito mais vítimas desse processo. É como se a gente fechasse os olhos para esses dezesseis jovens sem nome que morrem todos os dias, para a violência que levou a vida do João Hélio, do João Roberto, mas também daqueles que não têm nome, que nós não conhecemos, que nós não sabemos quem é o pai e quem é a mãe.

A nossa solidariedade, de todos nós que aqui estamos e de tantos que não puderam aqui estar, mas a nossa voz, a solidariedade e o nosso coração na mão desses pais, dessas famílias, que não sabem mais o que fazer, que não entendem por que tanta violência, que não entendem por que tanta maldade, que não entendem por que nossos filhos são tão vítimas de estupro de adultos que conseguem pegar uma criança recém-nascida, de um mês, de dois meses, de três meses, de um ano de idade, violentá-la, levar a vida dessas crianças, como eu vi por mais de um ano, andando neste País inteiro.

Basta! – é a palavra, é a palavra da vez. Basta! – deve ser o grito que todos nós temos que dar. Basta! – tem que ser o grito de todas as mães, de todas as mulheres, principalmente deste País, que geram vidas, que precisam ser respeitadas na sua dor e na sua alegria.

E é para essas mães, para essas mulheres que hoje dedico toda a minha palavra, todo o amor que eu possa ter dentro de mim, toda a dedicação que



eu possa ter nessa causa, todo o pouco que eu posso ter aprendido ou que eu possa ter feito, mas que esse pouco possa se multiplicar em muito – em muito! E que, um dia – que não demore muito, Sr. Presidente, Sr. Ministro, que não demore muito –, os nossos filhos possam, de verdade, ser felizes.

É esse o meu pronunciamento. Este dia eu dedico a todas as mães que perderam seus filhos e àquelas que lutam para que eles não deserdem dos sonhos, para que eles não abandonem a sua luta.

Muito obrigada.(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, pela Liderança do bloco de apoio ao Governo.

A SRª MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, ministro e amigo Paulo Vannuchi, primeiro quero agradecer a Deus por estarmos aqui fazendo esta celebração do Estatuto da Criança e do Adolescente, que ganha sua maioridade. Quero cumprimentar a todos aqueles que se dedicam a essa causa, dentro e fora do Brasil, e, especificamente, àqueles que se dedicam a essa causa de forma muito particular dentro desta Casa, como é o caso da nossa Senadora Lúcia Vânia, da nossa Senadora Patrícia Saboya, e de tantos outros que as acompanham, como é o meu caso, pelo compromisso que temos com a promoção dos direitos de todos os seres humanos, particularmente de seres humanos especiais, que ainda estão na sua fase de formação em todos os sentidos: físico, psíquico-emocional, ético-moral.

Essas pessoas especiais, que são nossas crianças e adolescentes, carecem do nosso cuidado. Não adianta, então, nós colocarmos a responsabilidade da delinqüência, em hipótese alguma, nos jovens e nos adolescentes. Nós temos de fazer uma reflexão sobre a sociedade que cria esses problemas, porque, na verdade, a sociedade é falha, sobretudo naquilo que constitui o acolhimento da formação daqueles que estão numa fase em que precisam de todo o respeito e, às vezes, até mesmo do corte amoroso para determinadas situações. Às vezes, a indiferença, o não se importar com a criança na fase certa leva a determinados problemas. E, às vezes, esse não se importar do ponto de vista amoroso, tanto das pessoas quanto das instituições, é que cria os processos dramáticos de violência que muitos querem imputar às próprias crianças, que, na verdade, são vítimas e não simplesmente causadoras.

Eu fui Vice-Presidente, Sr. Presidente, da Comissão de Combate à Pobreza no ano de 1999, e visitamos situações extremas neste País: o Município mais pobre, que era São José da Tapera, em Alagoas, e o Cadeião de Pinheiros, num período em que mais de 300 jovens foram presos – acho que eram 370 jovens no Cadeião de Pinheiros. Ali, eu vivi uma das cenas mais dramáticas da minha vida, como mãe, como professora, como ser humano.

Quando nós entramos no Cadeião de Pinheiros, os jovens começaram a bater nas portas, e os policiais diziam que eles poderiam tomar uma atitude x ou y para criar um fato porque ali estava um grupo de Parlamentares: eu, a Deputada Erundina, o Senador Maguito Vilela e o Senador Eduardo Suplicy – que eu me lembre, éramos nós. E entramos para o pátio, mas as pessoas diziam: “Não vão para o pátio porque pode ser perigoso”.

Aí, surgiu o padre Júlio Lancellotti, que começou a dialogar com os jovens e criou uma certa calma. Ele rezou um Pai Nosso com os jovens. Só que, num determinado momento, um dos jovens acenou para mim e pediu que eu me aproximasse. E o policial dizia: “Não vá, não vá, que ele vai segurar o seu braço”. Mas foi algo tão forte, que o Senador Suplicy me acompanhou, juntamente com a Deputada Erundina, e eu me aproximei das grades. O que aquele jovem fez foi colocar a mão no meu rosto e dizer: “Tia, pega na minha mão”. E foi uma coisa muito dramática, porque ali não havia um jovem delinqüente, como diziam; havia um rapaz de mais ou menos 18 anos, que queria tocar o meu rosto, que me



chamou de tia e que me pediu para que pegasse na sua mão. E eu segurei na sua mão.

Saímos dali com a convicção de que muito tínhamos que fazer na Comissão de Combate à Pobreza para combater esses males e de que a destinação daqueles jovens não eram os depósitos que iriam enclausurar para sempre seus sonhos, suas esperanças, suas expectativas.

Então, nós estamos aqui para celebrar o Estatuto, que serviu de inspiração para que muitos países também criassem suas legislações de proteção aos jovens e adolescentes. Nós temos que aprender a lidar com as crianças, mas nós só vamos aprender a lidar com as crianças da forma como elas merecem e devem ser cuidadas, respeitadas, quando nós aprendermos a lidar com a nossa criança interna. Quando nós perdemos nossa criança interna, nós perdemos a capacidade de enxergar a verdadeira razão pela qual alguns, às vezes, têm que cumprir penas, alguns têm que ser privados da sua liberdade, ficando internados.

Eu gosto muito de uma frase que as crianças dizem quando a gente conta uma história para elas. Você conta uma história quatro, cinco, dez vezes, e as crianças dizem: “Conta de novo”. “Conta de novo, mamãe”, “conta de novo, vovó”, “conta de novo, papai”, é assim que elas fazem com a gente. E a gente, às vezes, estupidamente, pensa que elas estão pedindo para contar a mesma história. Não é a mesma história. Ela ouve aquilo que, para nós, aparentemente é a mesma história como se fosse tudo novo.

O que precisamos é resgatar essa criança dentro de nós e imaginar que é tudo novo, porque acho que, como diz Chesterton, Deus tem uma sede insaciável de criança. Ele quer tudo de novo sempre para que novas sejam as esperanças, para que novos sejam os compromissos, para que novas sejam as alianças. E se elas forem renovadas com compromisso, com esperança, com a qualidade de quem quer ouvir de novo que é possível dar uma chance, que é possível dar uma oportunidade para que todos desenvolvam suas potencialidades, esse apetite insaciável de Deus, de criança, sem sombra de dúvida, pode renovar as possibilidades que cada um de nós tem de fazer e ser feito nessa relação de sustentar um ao outro, se formos capazes de nos enxergar como parte de um todo, em que ninguém basta a si mesmo.

Dizem que a pior maldição é a maldição da fartura. Às vezes, quando a gente tem amor, casa, comida, educação, saúde, atendimento das nossas necessidades básicas, a gente pode viver a maldição da fartura, que é a de imaginar que a gente não precisa do outro, que é a de imaginar que a gente se basta. Mas, na escassez do amor, na escassez do afeto, a gente aprende o que é a bênção da escassez. É nessa escassez que pode surgir o olhar novo, para que possamos, de novo, fazer e contar uma outra história.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de ser uma criança que nasceu e se criou na Floresta Amazônica, onde não havia escola, não havia nenhum atendimento. A casa mais próxima ficava a pelo menos umas duas horas e meia a pé, andando na floresta. Mas recebi tudo que uma criança precisa para desenvolver suas potencialidades em termos afetivos: da minha avó, da minha tia solteirona, do meu tio solteirão, do cunhado da minha avó que eu chamava de avô, da minha mãe e do meu pai. Tenho absoluta certeza de que isso foi fundamental para que, no primeiro momento em que uma pequena fresta se abriu, que foi o Mobral, quando



eu tinha 16 anos e seis meses de idade, fosse feita a diferença na minha vida. Teve o acolhimento de muitas pessoas, de muitos olhares, alguns com certo estranhamento, alguns com uma certa descrença, alguns com um certo preconceito, porque, afinal de contas, às vezes nos chamavam de “bicho-do-mato”. Mas foi aquele tempo no mato que me ensinou como me expor com uma certa discrição na exibida metrópole, na exibida cidade. Muitas vezes, por não receber esse acolhimento, mesmo aqueles que têm as melhores oportunidades ainda podem ir por caminhos que não são desejáveis.

Concordo com a Senadora Patrícia. Temos de nos colocar numa perspectiva de amor, de muito amor, de amor pelo outro, porque as fábulas nos ensinam – como mais uma vez diz Chesterton – que temos de aprender com *A Bela e a Fera* que as criaturas, os seres têm de ser amados antes de serem amáveis. Se nós deixarmos para amar apenas os que são amáveis, que vantagem há nisso?

É muito fácil amar a Senadora Lúcia Vânia, com o seu olhar terno, olhando para mim neste momento. Difícil é amar aqueles que, às vezes, nos causam certo estranhamento. E a fábula *A Bela e a Fera*, que tantas criança pedem “conta de novo”, nos ensina que é preciso amar o ser antes de ele se tornar amável. E é assim que ele se torna amável, é assim que ele se torna belo, é assim que nós o aceitamos como ele é, para que possamos ser aceitos também como somos: seres limitados, com uma série de incapacidades, com uma série de problemas. No entanto, muitas vezes nos arvoramos em bastiões da verdade para julgar aqueles que sequer poderiam ser julgados, porque não viveram com as mesmas bases para que possamos usar os nossos critérios de julgamento.

Eu agradeço imensamente a Deus porque existem pessoas que se dedicam a essas causas que muitos chamam de causas perdidas. São causas ganhas. São causas ganhas no coração de Deus, são causas ganhas no coração dos processos civilizatórios mais sofisticados, porque aqueles que não respeitam, que não acolhem, que não tratam suas crianças de forma respeitosa estão comprometendo o próprio futuro da espécie.

Eu digo que criança tem de ser tratada como criança o tempo todo; adolescente tem de ser tratado como adolescente o tempo todo.

Eu sou uma mulher de fé e sei que até Jesus Cristo teve o seu auge de adolescente. Certa vez, ele se apartou do pai e da mãe, ficou num templo com vários sacerdotes altamente sofisticados e fez um debate com aqueles sábios, conhecedores da lei. Com certeza, devia estar se exibindo, demarcando a sua posição como faz qualquer adolescente. Quando seus pais chegaram e disseram: “Mas por que você nos preocupa, por que ficou aqui?”, ele disse: “Vocês não sabem que estou cuidando dos negócios do meu pai?” Ele, assim, marcou claramente a sua identidade pessoal, dizendo: “Olha, você é dona-de-casa, meu pai é carpinteiro, mas eu sou outra pessoa”. Às vezes, nós não aceitamos que o jovem é uma outra pessoa, quando até Jesus Cristo decidiu que ele era uma outra pessoa, diferente do seu pai, diferente da sua mãe, diferente daqueles que, muitas vezes, querem colocar uma marca que não é a daquele indivíduo, que é particular, que se constitui na relação com o outro. Nós, às vezes, deformamos o caráter, a vocação e os sonhos dos nossos jovens e adolescentes para imprimir neles aquilo que é a nossa vontade.



O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que eles são pessoas que têm direitos e que esses direitos devem ser respeitados. Nós, aqui, neste Congresso, não temos que ter a pretensão de fazer as coisas para os jovens, nem para as crianças, nem para as pessoas que lidam tão competentemente com essa causa. Nós queremos fazer com vocês. Somos gratos a vocês. Boa parte do que aprovamos aqui não é nem idéia nossa, é um trabalho de co-autoria que nós bebemos das fontes, dos núcleos vivos da sociedade, que têm idéias, que têm propostas, que têm formulação jurídica, acadêmica e social no campo das relações concretas, com que nós alimentamos a nossa práxis legislativa.

Muito obrigada por todos vocês, que nos alimentam com o melhor de suas idéias para que possamos errar menos nessa causa. Muito obrigada por aqueles que se dedicam particularmente a essas causas, que não são causas perdidas, são as causas ganhas daqueles homens e mulheres que sabem que é fundamental não se deixar levar pelo discurso fácil, pela frase de efeito, que, muitas vezes, pode levar a alguma vantagem imediata, mas que sabemos que, no longo prazo, será desmoralizada.

Defender que a culpa é daqueles que, por alguma razão, praticam erros é não nos colocarmos na posição de assumir que estamos numa sociedade que, a cada dia, adocece.

Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, dizer que essa iniciativa para fazermos esta celebração é para também fazermos, aqui, uma renovação de compromisso, para reavivarmos a aliança que temos com essa conquista da sociedade brasileira, que inspira tantas outras sociedades e tantas outras comunidades; e também para nos colocarmos à disposição daqueles que trabalham com essa agenda, colocando-nos como partes, colocando-nos num processo de co-autores, tendo a clareza de que estamos aqui para representar e não para substituir aqueles a quem representamos, colocando-nos no nosso devido lugar de representantes que, em alguns momentos, têm de ter a consciência de que liderar não é estar todo o tempo liderando, mas, às vezes, ser liderado. Nesse assunto, queremos ser liderados por homens e mulheres que têm dedicado a sua vida a uma práxis inovadora, revolucionária, de como tratar direitos de uma forma transformadora, transformadora do eu, transformadora das ações e, sobretudo, transformadoras dos afetos. Que possamos afetar e ser afetados positivamente e, como as crianças, dizer a cada um: conta de novo aquela história de defender direitos de crianças e de adolescentes. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero registrar a presença dos Deputados Alcenir Guerra, Darcísio Perondi, Ricardo Barros, Carlos Abicalil, Eduardo Cunha, Eduardo Valverde, Leonardo Picciani e Alexandre Santos. Daqui a pouco, teremos aqui o quórum da Câmara.

Também quero registrar a presença da Sr^a Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; da Sr^{as} Maria Isabel da Silva, Juíza de Direito, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; do Sr. Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio Campos Júnior; do Sr. Sérgio Mindlin, Diretor Presidente da Fundação Telefônica. Registro ainda as presenças das crianças e dos adolescentes do Projeto GirAção, que estão aqui na linha de frente; da Sr^a Isa Oliveira, Coordenadora do Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, e a Sr^a Aurilene Vidal, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Tenho a honra de conceder a palavra a Sr^a Congressista Rita Camata, que usará a palavra pela Câmara dos Deputados.

A SR^a RITA CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, ao cumprimentar V. Ex^a, cumprimento a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Da mesma forma, ao cumprimentar o Deputado Osmar Serraglio estendo meus cumprimentos aos Colegas Deputados e Deputadas presentes. Vou abrir mão de nominar cada membro da Mesa para que possamos avançar nesta sessão solene.

Boa tarde a todos os representantes de entidades, militantes na área da criança e do adolescentes.

Quero, como primeira palavra, agradecer a todas as entidades da sociedade civil, a todos os juristas, criminalistas que fizeram do seu trabalho, da sua ação uma devoção à criança e ao adolescente do nosso País.

Dezoito anos de vigência de uma lei na história de um País, principalmente um País jovem como o nosso, é um período muito curto. E mais ainda quando essa lei surge para pôr abaixo séculos de práticas impiedosas contra as crianças e os adolescentes pobres, estigmatizados como “menores”. Na verdade, “menores institucionalizados”: o inferior, o diferente, aquele predestinado ao crime, à exploração e à morte precoce. Assim a criança era vista no nosso País há alguns anos.

No entanto, vemos nas últimas décadas temas ligados à defesa e à garantia dos direitos humanos tomarem proporções internacionais, passando a fazer parte da agenda de todos ou de quase todos os países. Nesse sentido, lembro-me, e de forma muito carinhosa, quando cerca de 20 mil meninos e meninas fizeram a Ciranda da Constituinte em torno do Congresso Nacional, em 1988. Vieram aqui, num gesto de compromisso, pedir ao Congresso Constituinte daquele momento e à sociedade brasileira para que tivessem um olhar para todos os meninos e meninas deste Brasil, de forma igual, de forma carinhosa, de forma generosa e de forma justa. Portanto, naquela ciranda em torno do Palácio do Congresso Nacional, eles pediram a inclusão da Emenda Criança no texto constitucional, que culminou nos arts. 227 e 228 da nossa Carta Maior.



A partir daí que partimos para uma luta vitoriosa para garantir uma lei específica: os direitos fundamentais de nossos meninos e meninas estavam ali, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também na nossa Constituição, garantindo a meninos e a meninas o direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. Só por isso é mais do que justo estarmos aqui hoje para comemorarmos os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a primeira lei brasileira pós Constituição de 1988 a determinar a participação de diversos segmentos da sociedade na elaboração, no controle e no acompanhamento das políticas sociais referentes à infância e ao adolescente no nosso País.

Todos que atuamos nessa área sabemos das grandes dificuldades para implementar uma legislação em que o eixo da discussão e das ações deixavam de ser o assistencialismo aos grupos de risco e passa a ser a necessidade imediata de garantir o acesso à educação como forma de desenvolvimento pleno, pessoal e social de nossas crianças, para romper o ciclo vicioso da reprodução da pobreza.

Tivemos muitas vitórias nestes 18 anos, mas ainda há muita coisa a se fazer por essas crianças. Vou citar aqui um desses direitos básicos à cidadania, que é o nome próprio, hoje garantido por meio do registro civil gratuito para as pessoas sem condições de pagarem pela certidão de nascimento; a mortalidade infantil sofreu uma redução de mais de 48% nestes 18 anos. Porém, segundo dados do IBGE, cerca de 12% das crianças nascidas vivas em 2006 não foram registradas até o primeiro ano de vida. Quer dizer, temos a garantia da certidão de nascimento, mas não garantimos o acesso a essa política para todas as crianças. Ao falamos em termos de redução da mortalidade infantil, referimo-nos a uma conquista extremamente importante e significativa, mas ainda temos crianças que morrem antes de completar um ano de vida.

Hoje, 97% das crianças entre sete e quatorze anos estão matriculadas no Ensino Fundamental. No entanto, a qualidade da educação está longe de ser a necessária e desejada. Além disso, 70% dos adolescentes que concluem o Ensino Fundamental o fazem com defasagem de quatro anos em relação à idade-série.

A questão da exploração do trabalho infantil, hoje, é crime sujeito à punição. O Presidente da República assinou, em junho próximo passado, o decreto no qual o Brasil ratifica a Convenção 182 da OIT, sobre as piores formas de trabalho infantil – atividades perigosas, penosas e insalubres, ou quando crianças e adolescentes são exploradas em atividades ilícitas. Mas a OIT ressalta que o registro de casos de mortes e violências extremas praticados contra crianças e jovens no trabalho ainda é grande.

O próprio Pnad, em 2006, dá conta de que, naquele ano, havia mais de cinco milhões de crianças e adolescentes na faixa de cinco a dezessete anos trabalhando. Isso representa 11% da população nessa faixa etária – precisamos ter esses jovens e essas crianças estudando, vivendo a sua infância, brincando, crescendo e não queimando etapas para se transformarem em uma mão-de-obra aviltada, adulta, e estar excluído do processo de inclusão social que todos queremos.



A questão da violência, do abuso e da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes também é outro desafio que sempre existiu, mas que ficavam entre quatro paredes. Hoje, são objeto de pesquisa, de reportagens, de políticas públicas, de investigações no parlamento, de campanhas não só para dar visibilidade a essa mazela mas para fazer com que os responsáveis possam ser punidos, e de forma exemplar, e as vítimas protegidas por políticas públicas.

Avançamos, avançamos muito, mas não tenho dúvida nenhuma em afirmar, como disse a Senadora Patrícia Saboya e a Senadora Marina Silva: temos grandes desafios a enfrentar, pois eu acho que temos na vida missões, e eu assumi na minha vida olhar para os milhões de meninos e meninas deste País como olho para o Bruno David e Enza Rafaela, que são os dois filhos biológicos. Com esse sentimento, muitas vezes nos sentimos muito aquém do que queremos para nossas crianças.

O Congresso Nacional aprovou o Fundeb, e eu coloco que o avanço possível do momento foi muito tímido. É fundamental que possamos assegurar a universalização da creche, da pré-escola para todas as crianças do nosso País. A primeira infância – e está aqui o Dr. Dioclécio, representante da sociedade de pediatria – é a fase mais importante que define, que dá a base não só na construção dos neurônios, no desenvolvimento da criança é essencial. Temos que avançar em direção a essa ferramenta da creche e da pré-escola, ser parceiro com o orçamento federal, com os Estados, para que os Municípios possam ampliar essa política de atendimento às nossas crianças na idade mais tenra não só para acolhê-las e prepará-las, mas para assegurar às mães o direito de saírem para o mercado de trabalho sabendo que seus filhos estão sendo cuidados, bem cuidados. E temos de ampliar esse processo de inclusão social.

Outro ponto – não sei se o Senador Cristovam Buarque ainda está aqui, mas estava há pouco – é que temos de trabalhar de forma permanente, como vem sendo feito, mas com um esforço maior, rumo à busca de melhorar a qualidade do ensino público no nosso País.

A escola não pode ser de quatro ou seis horas. O entendimento que temos hoje é de que, se nós pudéssemos investir, ao invés de Bolsa-Família, de dar bolsa, bolsa e bolsa, devemos investir exclusivamente em turnos ampliados de escola neste País, assegurando ao jovem e à criança a oportunidade do período regular, de uma atividade cultural, de uma atividade de esporte e de um reforço escolar. Aí, sim, vamos dar um passo definitivo para essa inclusão social que tanto desejamos, tanto queremos para os filhos e filhas deste País.

Vejo, Sr. Presidente, um momento de celebrar junto com as entidades. Há pouco, na solenidade, senti falta da CNBB, mas vi que agora está presente, porque sempre foi uma grande parceira nessa caminhada, bem como os juristas, criminalistas, as entidades de sociedade civil. Mas convoco que essa mobilização seja permanente.

Avançamos. Hoje temos aqui a Ana Lúcia. Eu quero fazer desse gesto um gesto para se estender a todas as meninas. Hoje, ela é uma mulher. Já é uma mãe. Mas eu conheço a Ana Lúcia desde quando ela era menina atendida pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Tem uns quinze anos, não é, Ana Lúcia? Hoje, a Ana Lúcia é monitora do Projeto GirAção.



Isso mostra que, quando há uma mão forte, firme, nós asseguramos a perspectiva de cidadania. Então, as entidades sempre tiveram papel muito importante a desempenhar, como parceiras do Poder Público nesse trabalho.

Hoje, temos, em nível de legislação, uma legislação extremamente avançada, mas sabemos que na prática esse avanço não representa ainda a conquista que queremos, que idealizamos.

Com esse sentimento, celebro os 18 anos de luta, conquista, mobilização. E que essa celebração possa ser uma convocação também, para que continuemos avançando e buscando garantir ao João, à Maria, ao Vicente, à Rita, ao Sérgio, a todos, sem distinção de cor, de credo, de condição social, o direito e a certeza de ser um cidadão e de vermos uma democracia representativa e participativa. E só vamos ter essa democracia participativa quando dermos oportunidade a todos os meninos e meninas deste País.

Quero dizer que amo todos, que faço do meu mandato um esforço, um empenho, muitas vezes incompreendido, sofrido. Às vezes até meio cansada da luta, faço do meu mandato uma devoção de amor, de respeito. E é isto que nós esperamos desse milênio: que seja um milênio de respeito, de amor, de compartilhar, de inclusão social. Que os nossos meninos e as nossas meninas sejam olhados com esse carinho, com esse amor, que muitas vezes lhes faltam na família, no seio mais importante, às vezes não têm um pai, uma mãe. Que a sociedade e o Estado possam olhá-los como pai e mãe, olhar a todas as crianças e adolescentes deste País. Até porque o país envelhece; se não olharmos com esse amor para as nossas crianças, como vamos cuidar dos nossos idosos que estão chegando aí? Então, quero dizer: vivam os meninos e as meninas do nosso querido Brasil! Um beijo no coração de cada um de vocês, fiquem com Deus e que a gente possa se fortalecer, cada dia trabalhar mais em prol de todos os meninos e meninas deste País.

Muito obrigada. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Senadora, Lúcia Vânia, antes de V. Ex^a ocupar a tribuna, eu quero pedir desculpas a V. Ex^a, porque vou ter que abrir a sessão do Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, peço ao Deputado Osmar Serraglio que assuma a Presidência dos trabalhos.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nada mais justo, a sua ausência neste momento.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Deputado Osmar Serraglio, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, Deputada Rita Camata, Senadora Patrícia Saboya, que não está presente, mas que é a Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, Sr^a Carmem Silveira de Oliveira, Sr^a Rosa Maria Ortiz, Sr^a Ana Lúcia Andrade que compõem essa Mesa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estatuto da Criança e do Adolescente completa neste domingo, dia 13, dezoito anos. É o momento de reflexão, é o momento importante para que a sociedade brasileira possas refletir sobre as conquistas que já obtivemos e os desafios que ainda temos que vencer.

Lembro aqui, neste momento, e não poderia deixar de fazê-lo, os 262 bebês que faleceram, somente este ano, na Santa Casa de Misericórdia de Belém, no Estado do Pará. E, por mais incrível que pareça, a Secretária de Saúde daquele Estado foi à televisão e disse que o fato faz parte das estatísticas daquele Estado.

Lembro aqui a menina Lucélia dos Santos, torturada por sua tutora, a empresária Silvia Calabresi, na minha cidade e no meu Estado – Goiânia, Goiás. Não posso deixar de citar os meninos João Hélio, João Roberto e tantos outros que foram vítimas da violência que atinge a nossa sociedade. Nada mais brutal e mais incrível do que ver a polícia do Rio de Janeiro metralhando aquele carro com a criança dentro, sem saber o que havia ali dentro.

Este é um momento não apenas de reflexão para nós que lidamos com a questão, mas principalmente para chamar a atenção da sociedade para aquilo que devemos fazer constantemente. O que estamos realmente fazendo para as crianças deste País?

O ECA é um diploma reconhecidamente eficaz e avançado, mas a situação social brasileira requer, além da boa aplicação das leis, políticas públicas adequadas para combater a exclusão e o desamparo, programas educacionais – e temos aqui o Senador Cristovam, Professor Cristovam, que é um Senador que ocupa esta tribuna todos os dias para falar da importância da educação na formação de nossas crianças e, principalmente para acordar o País para a sua importância – geração de empregos, ação preventiva, e especialmente olhar com muito cuidado, como já foi dito aqui pelas Senadoras Marina Silva e Patrícia Saboya, a questão dos lares desestruturados, que, diariamente, conseguem transmitir a cada criança o desamor. E o desamor, sem dúvida alguma, é o caminho para que a criança tome o rumo que todos nós não queremos.

Não obstante a melhoria das condições econômicas em nosso País, 31,5% da população brasileira vive ainda em situação de pobreza, e pior: no estrato de zero a seis anos de idade, esse índice é de 50,3%, conforme revela levantamento realizado pelo IBGE em 2006.



Temos falado muito em combate à pobreza. Recentemente, uma economista paulista levantou a questão da pobreza nos lares chefiados por mulheres. Na pesquisa, ela detectou que, apesar de combatermos a pobreza, há uma pobreza crônica, que não tem respondido aos programas de transferência de renda, e que são esses lares chefiados por mulheres pobres, analfabetas, que acabam reproduzindo esse ciclo de pobreza de forma intensa, o que não nos permite avançar nas conquistas obtidas em alguns outros setores.

Portanto, a feminilização da pobreza é uma questão que precisa ser levada a sério quando tratamos da questão da criança e das políticas públicas voltadas para a família.

Embora a legislação brasileira proíba o trabalho para jovens com menos de 16 anos, a mão-de-obra de quase dois milhões de brasileiros nessa faixa etária é explorada comercialmente, em condições degradantes.

Senhoras e senhores, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, pude implementar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Naquela ocasião, retiramos dos canaviais de Pernambuco cerca de 100 mil crianças cujas idades variavam de 3 a 12 anos. Eram crianças que levantavam às 3 horas da manhã para ajudar os pais no corte de cana. Fomos à Bahia e conseguimos retirar do sisal crianças que precisavam ajudar os pais, e que, muitas vezes, perdiam as mãozinhas ou os dedinhos desfiando sisal. Fomos ao Mato Grosso do Sul, onde, nas carvoarias, onde cerca de cinco mil crianças trabalhavam sem nunca terem ido à escola. Trabalhavam ao lado dos pais, a uma temperatura de quase 40°. Fomos às salinas. Enfim, percorremos municípios onde a questão era grave, gravíssima.

Implementamos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e, naquela ocasião, sentimos que não bastava apenas a Bolsa. Era preciso ir além da Bolsa, era preciso uma interface entre os Ministérios a fim de que obtivéssemos realmente um resultado. E aí nasceu uma ação conjunta com o Ministério do Trabalho, onde criamos uma Comissão especial para investigar, de forma preventiva, esse trabalho infantil. Posteriormente, fizemos uma parceria com o Ministério da Educação e passamos a entender que não bastava a criança estar na escola apenas um período, porque no período em que não estava na escola ela voltava novamente para o trabalho. Foi quando criamos a jornada ampliada, que, sem dúvida alguma, é a sementinha que plantamos para que pudéssemos ver, no futuro, a escola de período integral, que até hoje não se consolidou no País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estatuto da Criança e do Adolescente tornou-se uma referência para o mundo, ao tornar-se o primeiro diploma a incorporar todos os avanços da normativa internacional de proteção aos direitos da criança. Mais do que regulamentar as conquistas do público infante-juvenil inseridas na Carta de 88, o ECA promove mudanças que extrapolam o campo jurídico, para revolucionar a nossa realidade social e política. Ao conceber a criança e o adolescente como sujeitos de Direito, e não como meros tutelados, o Estatuto promove a superação do assistencialismo, aqui mencionado pela Deputada Rita Camata, e introduz garantias processuais do adolescente com o sistema de administração da Justiça. Outras mudanças visíveis propiciadas pelo Estatuto são as já citadas gestão descentralizada e transferência de soluções, que hoje são resolvidas principalmente no Judiciário para a esfera administrativa nas diversas providências aplicadas aos jovens em situação de risco.



Ao tornar obrigatória a emissão da declaração do nascido vivo, o Estatuto conseguiu diminuir o número de sub-registros de 30,3%, em 1995, para 12,6%, em 2006.

A mortalidade infantil ainda nos choca: 25 crianças em cada campo de mil morrem antes de completar um ano – dados, como mencionei, de 2006. Esse índice, ainda elevado, era de 45, ou seja, quase o dobro, em 1991.

No campo nutricional, 12,7% das crianças com menos de dois anos eram desnutridas, em 2000. Esse índice caiu para 3,5% e, embora vários fatores tenham contribuído para esse resultado, o Estatuto tem, também aí, inegável mérito.

Eu não poderia deixar, neste momento, de prestar uma homenagem à Deputada Rita Camata pelo seu esforço pela criação, pela determinação e pelo sofrimento, mesmo, para a implementação desse Estatuto.

Sr. Presidente, em que pese a implementação incompleta do ECA em todo o território brasileiro, bem assim as distorções que lhe são equivocadamente atribuídas, o Estatuto conseguiu erigir um sistema jurídico sólido e colocar na agenda política a prioridade que a sociedade brasileira deve dar no seu trato com crianças e adolescentes.

Esse Estatuto se fundamenta no valor projetivo que evoca o fato de cada criança e cada adolescente ser o portador futuro de sua família e de toda a comunidade. Ele é, seguramente, um balizador para o País que pretende alcançar o desenvolvimento com justiça social, proporcionando paz, progresso e melhores condições de vida para os presentes e para as futuras gerações. Espero que, no ano que vem, quando aqui estivermos numa sessão em homenagem ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, não tenhamos de iniciar o nosso discurso denunciando esses casos de violência contra as crianças.

Muito obrigada. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Convido o próximo orador inscrito, S. Ex^a o Deputado Darcísio Perondi, que falará pela liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Bom-dia a todos os senhores e senhoras. Minha saudação a toda a Mesa, a essas mulheres, mães, professoras poderosas que estão nesta Mesa, que representam a luta da mulher brasileira pela criança e pelo adolescente, e também ao Deputado Osmar Serraglio e ao Sr. Ministro.

Há 20 anos que a Constituição Federal prevê, dentre os direitos e garantias fundamentais, o direito à infância, instituído no Capítulo II do Título II, em seu art. 6º, e depois os arts. 227 e 228.

Trata-se de um direito social que enseja obrigação positiva do Estado, ou seja, adoção de todos os meios necessários para a proteção da criança e do adolescente. Inegavelmente, é uma evolução histórica e política para a criança e o adolescente no Brasil.

Hoje, não são poucos os que, tanto no discurso oficial quanto no discurso acadêmico, defendem a própria noção de cidadania infantil e adolescente, condição além do que o Direito tradicional lhe atribui. Ou seja, eleva-se o Estatuto da Criança para atribuir-lhe cidadania.

Tal concepção, embora até mesmo discutível, meus caros jovens aqui presentes, enaltece este momento em que se comemora a situação da criança e do adolescente, sob a égide de uma nova mentalidade: 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A valorização dos direitos previstos no Estatuto sugere uma visão construtiva da vida, da integridade física da criança, do ambiente em que ela se encontra e de seus sonhos. E isso atualmente é possível, porque, em vez de ser um ordenamento jurídico criado de cima para baixo, ao contrário, tanto o dispositivo constitucional, como a lei que o regulamenta foram produzidos no seio de um extraordinário processo de mobilização ética, social e política, que envolveu representantes do mundo jurídico, do Parlamento, das políticas públicas e de todo o movimento social, esses representantes de dezenas de entidades que estão aqui presentes e que ajudam a sustentar essa defesa da criança e do adolescente.

Se fosse um Estatuto divorciado da realidade, não adiantaria nenhum discurso: nem o meu, nem o da Rita ou o da Patrícia, nenhuma declaração governamental. Não adiantariam as repetidas alocações na televisão. Ele seria descumprido sistematicamente.

A criança, o adolescente não têm sindicato, não têm partido político, não fazem passeatas, não têm confederações sindicais milionárias, que fazem pressão e contrapressão no Parlamento e nos Governos. As crianças e os adolescentes têm a nós, homens, mulheres, Parlamento, entidades. Olhem o compromisso que temos.

Embora a vigilância da vigência protetora dos direitos da criança e do adolescente deva ser uma constante, para que os desrespeitos ainda recorrentes não se transformem em prática comum.

A letra da Lei não é morta, e a sentimos viva. E muito radiante quando vimos, ouvimos e convivemos com uma mulher que vou citar aqui: a Deputada Rita Camata, que não desiste, que persevera há mais de 20 anos. Vejo a Rosa, vejo a



Ana, vejo tantas outras, vejo aqui também meu Colega, Pediatra, Deputado Federal e Ministro da Saúde, Alcenir Guerra, Autor da lei que deu quatro meses para as mulheres poderem amamentar – a Rita me corrige, do pai. Não. Vejo aqui também o Presidente da minha sociedade, sou médico de criança e de adolescente, o Dr. Deoclécio Campos Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira, que aqui representa todos os pediatras, mas também todos os profissionais, como enfermeiras, administradores de hospitais, chefes de postos, agentes de saúde e médicos de família, que olham para a criança, para o adolescente e para a família. Fico muito feliz, Dr. Deoclécio, vendo-o aqui. A Dr^a Rosalba, Senadora, médica, também compromissada. Pediatra, a Rita me corrige, eu não sabia, pediatra também. E olho para todos os profissionais, de todas as áreas, aqui presentes.

De fato, 18 anos que têm marcado a forma de se pensar e de se compreender a infância e a adolescência, pois essas fases e suas manifestações passaram a ocupar um espaço definido no cotidiano, nas instituições, na mídia e na sociedade.

Se eu tive uma fase difícil na minha vida – e sou de uma família constituída e de classe média –, foi na adolescência. Então, olha o compromisso que temos. Olha o compromisso que temos.

A criança e o adolescente – a gente precisa lembrar sempre, mas sempre, como médico, como enfermeiro, como mãe, como pai, como parlamentar – são seres do gerúndio: crescendo, evoluindo, se moldando. Temos compromissos, assim como os prefeitos que serão eleitos agora e assumirão em primeiro de janeiro.

O balanço da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil está inserido num curto intervalo temporal de uma história secular de desigualdade social neste País, que precisa ter cada vez mais políticas que estabeleçam tratamento desigual para desiguais – e, aí, entram a criança e o adolescente.

Com relação à mulher e à a cor, avanços aconteceram que me deixam otimista, com mais confiança de que podemos ter um Brasil que olhe cada vez mais para a criança e o adolescente.

Hoje vi essa figura extraordinária, o Dr. Bené, Diretor Executivo do Conanda. Não sei se foi ele ou a Dr^a Genoveva que disse que a criança precisa estar no orçamento público. A criança precisa estar no orçamento público.

Três exemplos nessa história de 20 anos. Vou começar pelo mais doloroso. É inadmissível, num Estado que é exportador – não é pobre, é exportador –, que um hospital público estadual e que não é mais uma santa casa, porque está sob intervenção do Governo estadual do Pará, que passou por governos de cor A e de cor B nestes últimos vinte anos, tenha o dobro da mortalidade neonatal permitida. Falo das mortes lá, no Pará.

Do outro lado, uma imagem de televisão que me marcou há uns seis meses: um Procurador Público de um Estado de que não me lembro – era lá do Norte, acho que Roraima – preso por abuso sexual. Imagem negativa de um lado, mas positiva, porque está havendo política para diminuir o abuso sexual. Essas mulheres da Frente Parlamentar – nós homens somos poucos na Frente, somos auxiliares apenas – essas mulheres guerreiras, que no Brasil andaram denunciando e apontando. E uma notícia, um exemplo positivo, Dr. Alcenir Guerra, é a redução,



sim, da mortalidade infantil no Brasil. Precisamos ter menos de dez e reduzir, nos bolsões de pobreza, que é mais de 50, mas está havendo uma redução. E o programa de proteção à infância e ao menor, lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul, que é homenageado pela Unesco.

Para encerrar, quero dizer que o meu Partido – e aqui falo pelo PMDB – vai levar os 18 compromissos tirados pela Frente Parlamentar e por todas essas organizações aqui presentes, vai levar aos nossos milhares e milhares de candidatos a vereador e prefeito, vai buscar o compromisso já agora e vai obrigá-los a colocar dentro das suas plataformas de Governo.

O PMDB cumprimenta os 77 mil Conselheiros Tutelares do Brasil, como eu ouvi da Secretária de Direitos Humanos, que está nesta Mesa, dizer que é o nosso Procon, o Procon da criança e do adolescente, esses 77 mil Conselheiros.

Viva a criança! Viva o adolescente! E que nós possamos nos multiplicar cada vez mais, para termos um Brasil mais digno e mais justo, que olhe a criança e o adolescente.

Muito obrigado. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador e ex-Governador do Distrito Federal, Ministro da Educação, homem da educação neste Congresso. Está com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Bom-dia a cada uma e a cada um de vocês. Meus cumprimentos, especialmente, para não ficar repetindo nomes, à Rita Camata, que, a meu ver, simboliza, mais que cada um de nós, essa luta pelo Estatuto e sua execução.

Sr. Presidente, eu estava vindo para cá, e uma pessoa que trabalha comigo colocou três palavras em um único *site* desses da Internet: “Violência contra crianças”. De repente nos surpreendemos: somente por dois meses, e só manchetes, com frases como “Pai joga filho de quatro meses no esgoto, em Pernambuco”; “Menino de dois anos morre após ser espancado no Paraná”; “Menina jogada de prédio é enterrada no Rio Grande do Sul”; “Morte de bebê revolta moradores de Curitiba”; “Mãe de Bebê jogado pela janela deve ficar em sala isolada”; “Mulher confessa morte de filha recém-nascida”; “Adolescente é mantido em cárcere privado por três anos”; “Suspeito de espancar filho de sete meses é preso”; “Mais um caso de violência sexual na Bahia”; “Adolescente presta depoimento sob abuso de criança de 13 anos”; “Pela Internet, pai, nos Estados Unidos, descobre que filha foi violentada na Bahia”; “Pai é preso sob suspeita de espancar filho”; “Jura de pedreiro acusado de matar menina em igreja”; “Pescadores encontram corpo de bebê em um rio de Minas Gerais”; “Professora mantém filhos reféns por três horas”; “Polícia divulga retrato falado do suspeito de ter matado garoto”. Isto, apenas em dois meses. Isto, apenas manchetes. Isto, apenas, Deputado Osmar Serraglio, em um *site*. Se mergulharmos nos jornais, nas pequenas notícias, veremos esta tragédia, qual seja, de que a cada duas horas uma criança é morta no Brasil.

Creio que se, no mundo inteiro, hoje, fossem escolher o que caracterizaria o Brasil, seria o maltrato de crianças, em comparação com os outros países. Isto, apesar dos avanços que o ECA nos proporcionou, porque, antes, isto era invisível; antes, ninguém sabia disso; antes, ninguém se reunia para debater como enfrentar essa realidade.

Fico feliz em estar na comemoração dos 18 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, por que me lembro como era essa realidade brasileira antes das chacinas, das crianças, em número muito maior nas ruas, abandonadas. Mas, todo momento de comemoração é também de reflexão sobre o que não conseguimos fazer e sobre o que falta fazer no futuro e o porquê não termos conseguido realizar tudo que queríamos. Insisto: falta-nos, a nós, que defendemos o ECA, as crianças, força para resolvermos o problema dentro da escola.

Nesses 18 anos do ECA, posso estar errado, calculei rapidamente aqui que dez milhões de crianças abandonaram a escola. Estou falando as crianças que, ao longo desses 18 anos, foram jogadas por uma janela que não vemos, por onde saem as crianças que deveriam continuar estudando até o final do segundo grau. É aí que está o nosso problema, o futuro caminha sobre duas pernas: o meio ambiente e as crianças. O meio ambiente, porque se ele for destruído, não há futuro



para ninguém; e as crianças, porque elas é que vão estar aqui no futuro – nenhum adulto vai estar, salvo as crianças.

Estamos destruindo o futuro, porque não cuidamos do meio ambiente; e estamos destruindo ainda mais o futuro, porque não estamos cuidando corretamente das nossas crianças. Essas duas pernas, meio ambiente e crianças, caminham pela estrada chamada escola. É na escola que vamos resolver o problema da proteção ambiental; é na escola que vamos resolver os problemas, para dar ombros fortes àqueles que vão carregar o Brasil no futuro.

No momento em que comemoramos os 18 anos, vamos ver que não conseguimos dar o salto que deveríamos na educação, porque era tão grave o problema de espancamento, de violência, que tínhamos de enfrentar, que não conseguimos chegar a colocar o Conanda como fiscal da educação. E, se não tivermos fiscais, os Ministérios, sozinhos, não resolvem. Precisamos ter um órgão que vá além do Conselho. Tenho defendido – e sei que isso até enfrenta resistências dos próprios membros do Conanda – que é preciso dar braços ao Conselho. Não podemos apenas “aconselhar”. Temos de ter força, um braço – braço é um Ministério; braço é uma agência sob o Conselho. O Conselho precisa ter força. É preciso sentar-se ao lado do Presidente da República alguém que represente as crianças do Brasil, como o nosso Ministro Paulo Vannuchi representa os Direitos Humanos. Tenho chamado isso de uma “agência de proteção da criança e do adolescente”. Pode-se até chamar de “Conselho”, mas tem de ser um Conselho com braços, com poder de agir, ou o Brasil não terá futuro.

Não quero me alongar muito, mas lembro-me de que nestas duas horas em aqui estamos se multiplicarmos 60 minutos por 60 minutos, obteremos o número de crianças que abandonaram a escola durante o período letivo, não considerando a totalidade dos dias, nem a totalidade de horas, porque aí o número seria menor. É aí que está o nosso problema. É preciso que haja um órgão de proteção da criança e do adolescente para fazer com que o Presidente da República – todos eles dos próximos anos – sejam, na verdade, “tios” das crianças e que se preocupem com as crianças diretamente. O resto é importante, mas a criança é o fundamental. De todos os gestos que fiz, Deputado, quando fui Governador do Distrito Federal, o que mais me orgulha é ter feito uma pesquisa e identificando 871 crianças de rua e ter colocado o nome delas no meu computador, que eu tenho até hoje, aliás, na memória, e colocar uma pessoa ao meu lado para saber como poderíamos tirar cada uma delas da rua. Conseguimos. Não tiramos as que tinham mais de 16 anos, todas, porque era difícil um lar para onde elas pudessem ir, mesmo recebendo uma bolsa escola de um salário mínimo. As outras a gente tirou. Havia uma preocupação personalizada. Esse sentimento falta em nós governantes.

Lembro de um dia em que li no jornal que uma criança tinha sido assassinada. Aí é só um número, mas botei o nome dela no meu computador, achando até que o meu pessoal tinha falhado e o nome não estava lá. Quando eu vi o nome daquela criança e eu sabia que tinha que deletá-lo, deixei de ser governador e fui tio; deixei de ser administrador e sofri por causa da relação que aquele nome criou comigo. A gente precisa ter o nome de todas as crianças deste País no computador do Presidente da República. Ele, de vez em quando, deve pegar o telefone, ligar para o pai de uma delas para saber como está, como ela foi



na escola. É claro que ele não vai conseguir ligar para os 40 milhões de crianças em idade escolar. Mas no dia em que ligar para uma, para o pai, para o diretor da escola, a realidade muda. Precisamos ter uma preocupação maior. Os 18 anos são um momento de comemorar, mas também um momento de refletir sobre o que fazer daqui para frente. Eu acho que o que fazer daqui para frente é de conselhos nós nos transformarmos em militantes, agentes executivos daquela que é a maior causa que um país pode ter: a causa da proteção e da formação de suas crianças e seus adolescentes.

Vim com o espírito de comemorar, mas vim com o sentimento de refletir e com a ousadia de propor que daqui a 18 anos, quando o ECA fizer 36 anos, a gente possa dizer: nem é preciso mais disso. Virou algo introjetado na consciência de cada cidadão e cada cidadã do Brasil a idéia de que o seu tesouro maior é a criança, e isso chegou aos governantes do País. Esta é a nossa tarefa: fazer uma revolução cultural no Brasil que transforme essa criança, cada uma delas, em tesouro, em diamante a ser burilado pela escola.

Parabéns a cada um de nós! E não somos tantos, lamentavelmente, no Brasil que colocamos a infância, a adolescência e a educação como nossas bandeiras.

Parabéns a cada um de nós e coragem, porque falta muito, muito ainda, a ser feito. E, como disse a Deputada Rita, às vezes dá até desânimo diante de tanto que é preciso fazer ainda, mas olhamos também que 18 anos é um tempo muito bonito daquilo que a gente já conseguiu fazer. Vamos em frente, comemoremos e lutemos! (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Atendendo um apelo e a apreensão de S. Ex^a o Ministro Secretário dos Direitos Humanos, peço permissão da eminente Senadora Rosalba e inverto a ordem de inscrição.

Fará seu pronunciamento agora o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, que está com a palavra.

O SR. PAULO DE TARSO VANNUCHI (Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República) – Exm^o Deputado Osmar Serraglio, que preside esta nossa Mesa, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Exm^a Sr^a Deputada Rita Camata, Sr^{as} e Srs. Deputados, Exm^a Sr^a Dr^a Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Sr^a Dr^a Rosa Maria Ortiz, do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas; Carmem da Silveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de quem cumprimento Maria Luíza de Oliveira, Presidente do Conanda, e toda a equipe do Conanda, aqui presente em peso; Sr^a Ana Lúcia de Andrade, que representa aqui as crianças do Projeto gerAção, peço desculpas e agradeço a generosidade, porque tenho agenda às 14h, e é inadiável.

A minha palavra é como titular da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, à qual se incumbe o papel de articular, no âmbito do Executivo Federal, as ações, os programas, em caráter interministerial, de proteção, defesa, consolidação dos direitos humanos e, em especial, as ações voltadas a esse contingente de 62 milhões de brasileiras e brasileiros que se situam na faixa até 18 anos de idade e que são não o futuro da Nação, e sim o presente da Nação – porque uma nação se mede pela atenção que dedica a esse contingente vulnerável, há 18 anos merecedor do Brasil de uma doutrina de proteção configurada em lei, que se desdobra em iniciativas já aqui muito bem relatadas com a emoção das falas de todas as oradoras e oradores que me antecederam, e a minha emoção também de juntar, neste agradecimento e saudação, a coincidência de, em 24 horas, termos realizado no Senado dois eventos de grande importância, ambos fazendo parte da celebração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – 10 de dezembro de 1948 a 2008.

Esse documento pequeno, que já fixava o direito da criança a defesa especial, foi o primeiro e único documento, primeiro e único programa político que a humanidade conseguiu construir até hoje para estabelecer preceitos para se construir nas nações um ambiente de paz e, na relação entre as nações, a paz almejada pelo ser humano há milênios.

Nesse ambiente de comemoração, os 18 anos do ECA têm a simbologia do 18. A propósito, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara, têm sabido reagir com muita eficiência e com muita lucidez às investidas decorrentes dos momentos de histeria, nos quais desviamos a atenção do conteúdo mais profundo das políticas de proteção e defesa e somos impelidos à tentação fácil da redução da maioria penal para 16 anos, o que fatalmente acarretará a redução para 14 e, depois, para 12, e ninguém sabe onde terminará essa evitável espiral de insensatez.

Tivemos ontem também a celebração aqui do Decreto de Promulgação da Primeira Convenção dos Direitos Humanos da ONU, no século XXI, a primeira que entra no corpo constitucional e legal constitutivo do Brasil com força de norma constitucional, a proteção aos direitos das pessoas com deficiência,



que eu lembro, não apenas no sentido de valorizar este momento feliz do Legislativo brasileiro que, em prazo recorde, conseguiu na Câmara e no Senado o *quorum* qualificado espetacular, que, nos termos da reforma do Judiciário, vigente desde 1º de janeiro de 2005, equipara a força de preceito constitucional. Falamos de 25 milhões de brasileiros e certamente um contingente de muitos milhões de cruzamento dos dois segmentos. Quantos milhões de crianças têm, além da sua vulnerabilidade intrínseca, a vulnerabilidade da deficiência será o tema de encerramento dessa minha saudação.

Já foi registrado, também, muito bem, o conjunto de avanços, o avanço desses 18 anos.

Não posso também escapar da seqüência. E todos aqui homenageamos a Deputada Rita Camata por essa marca da sua biografia política, que todos invejamos. Chegando aqui nesse Poder Legislativo, presa por uma armadilha da mídia, que a queria apresentar como musa, soube se transformar no símbolo maior da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Uma proteção sempre contra esses momentos de irracionalidade que se seguem a cada episódio de violência exacerbada que o Brasil registra todo santo dia.

Nos avanços, temos de registrar que, desde 13 de julho de 1990 – ontem, a Carmem me lembrava, quando conversávamos sobre o evento –, existe a idéia que não é possível esquecer que o ECA foi o último rebento de uma gravidez democrática dos anos 80, a idéia de que a democracia subtraída no País, na metade dos 60 e em quase todo os 70, volta com a produção exuberante dos 80. Em 1982, é realizada a primeira eleição direta para governadores. Setores democráticos e as oposições ao regime militar retomam o controle de governos estaduais. A campanha das Diretas, a posse do primeiro presidente civil, a Constituinte... Já na Constituição, o artigo que abre a construção do ECA, e o ECA como este documento que o Brasil tem orgulho de exibir internacionalmente como um dos mais avançados do mundo, porém, responsavelmente, todos aqui trocamos, em boa parte, esse sentimento de orgulho pelo sentimento de responsabilidade perante o ainda não realizado, perante o muito que ainda falta.

O ECA introduz também no Conanda o elemento chave das políticas de um Estado que se torna democrático, e vem a democracia com pretensão de caminho definitivo para que não haja mais regimes autoritários de qualquer espécie, E o Conanda é o símbolo maior do processo de trazer sempre a idéia de que as políticas públicas têm de, desde o primeiro momento, ser submetidas ao debate com a sociedade civil, representada em organismos paritários. É a partir disso que se construiu essa rede de 77 mil integrantes de conselhos tutelares e conselhos de direitos. E vamos lembrar a importância.

Eu não sabia da metáfora da Carmem sobre Procon, mas, sem o Conselho Tutelar, o Brasil poderia não ter descoberto a menina de Abaitetuba, porque foi de uma mãe, uma mulher do Conselho Tutelar, que veio o primeiro alarme: “Olha, em Abaitetuba existe uma menina presa há um mês numa cela com vinte homens”. E isso é o Estado começando a se tornar democrático, quando percebe que precisa de capilaridade, que não pode ser construída com gigantismo, próprio do autoritarismo. A capilaridade se constrói na parceria com a sociedade civil, incorporando-a no Conanda, nos conselhos estaduais, nos tutelares e de direito municipais.



Queremos também lembrar centenas de Varas, de centros operacionais do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública que, ontem, no Supremo, tivemos também um seminário correspondente a este, celebrando também o aniversário do ECA e um dia inteiro de debates para enfrentar os desafios da especialização, para definir o que falta construir, como fazê-lo, e trabalhar o conceito, muito bem lembrado agora, de que lugar de criança é no Orçamento. Sem essa expressão na lei maior de definição de gastos de nosso País, as nossas palavras se tornarão retórica.

Foram registrados aqui, nas várias falas, os avanços no campo da mortalidade, do combate à desnutrição, da aumento da escolaridade. Falta o desafio da qualidade, do trabalho infantil – cinco milhões.

Algo me vem à cabeça todas as vezes em que falo em trabalho infantil e quero partilhar isso. Numa pesquisa sobre o trabalho infantil em carvoarias, uma criança respondeu – podiam ser cem, podiam ser mil –, resumindo esse horror, à pergunta de qual era o seu maior sonho da seguinte forma: “Parar de tossir”. Todos nós já tivemos tosse e sabemos o que essa criança estava dizendo. Sabemos como é ruim ter acessos intermináveis de tosse. É terrível imaginar que isso aconteça com uma criança em decorrência de seu trabalho, em decorrência de um trabalho que se dá no ambiente de uma carvoaria.

Neste momento, o Legislativo brasileiro já está trabalhando o PL do Sinase, o pilar que sempre faltou ao ECA nesses dezoito anos. Li hoje uma excelente entrevista no informativo da Câmara com a Deputada Rita Camata, que fez um bom diagnóstico disso, lembrando os desafios ainda colocados, aquilo que ainda falta realizar para que não façamos hoje uma celebração superficial.

A celebração e a emoção das lágrimas, que estiveram aqui presentes, são chaves para o compromisso que nós reforçamos hoje.

A Deputada lembrava que o tema ECA é associado à questão do jovem infrator, do jovem em conflito com a lei, mas o tema ECA é, antes disso, a proteção ao processo pré-natal, o combate à mortalidade materna e, depois, infantil, à desnutrição, à escolarização. Por último, como um elemento que precisamos tornar residual, o Sinase está aqui para ser trabalhado, para ser aperfeiçoado e transformado em lei, para, finalmente, a partir de um esforço federal, dos Estados, aos quais cabe, constitucionalmente, lidar com o tema, serem iniciadas ou, pelo menos reforçadas, as experiências raras que já caminham rumo às boas práticas: centros que sejam arquitetonicamente adequados, que não tenham carcereiros como funcionários, mas psicólogos, professores, pedagogos, pedagogas, assistentes sociais. Trata-se do calor, do carinho familiar que faltou e da geração do ambiente, porque muitas vezes a infração é uma infração familiar, é para obter o alimento que tem faltado àquela casa.

Temos o Plano Nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, que transforma os abrigos em centros de proteção integral, em consonância com a doutrina do ECA e não, como ainda são em grande parte, casas de depósito em que as crianças sobrevivem como podem.

Nós temos o combate à exploração sexual, que têm, entre 25 e 28 de novembro – aproveitamos para fazer o convite antecipatório de agenda –, no Rio de Janeiro, no Rio Centro, o III Congresso Mundial de enfrentamento da Exploração



Sexual de Crianças e Adolescentes. O primeiro foi em 1996, na Suécia, e a rainha Sílvia, promotora, estava presente. O segundo foi em 2001, em Yokohama, Japão.

Havia um pedido, uma demanda da ONU para o Brasil sediar o próximo evento. Tivemos alguns momentos de hesitação, de dúvidas, preocupados com o perigo da estigmatização, porque, se a Suécia e o Japão fazem, o Planeta entende que são países ricos, voltados, de maneira generosa, para esse tema, que não os aflige como calamidade, e o Brasil poderia ser visto como parceiro da Tailândia e de outros paraísos do turismo sexual, voltado a jovens adolescentes e à exploração com fins comerciais.

Quando levamos a proposta ao Presidente Lula, ele não hesitou meio minuto e disse: “Pode trazer, vamos fazer no Brasil, não temos medo, não podemos ter medo de expor nossos problemas”. Estamos tendo o cuidado de trazer vários embaixadores do Unicef internacionais, do jogador Beckham a Mia Farrow e Susan Sarandon, figuras que puxem a mídia do mundo inteiro. Serão 1.500 participantes de fora e 1.500 do Brasil. Estima-se que 200 jornalistas virão com câmaras não apenas para filmar os discursos do evento, mas para visitarem os bares de Copacabana e constatarem se o fenômeno da rede comercial de exploração sexual de crianças e adolescentes ali está presente.

Termino dizendo, na linha do que já foi alertado aqui quando lembramos os casos João Hélio e João Roberto na sua terrível contraface. Há dois anos e meio, um menino foi arrastado por marginais, bandidos, e a comoção nacional se seguiu. Agora, um menino é vítima da violência policial, do despreparo, da ação desastrosa. E vem a interpelação a todos nós, autoridades públicas, sobre a urgência de repensarmos a nossa ação policial não para criarmos uma polícia incapaz de enfrentar o crime, mas para lembrar que não é melhor polícia aquela que mata mais. Melhor polícia é a que faz declinar as estatísticas do crime de mês a mês, de ano a ano. Polícia é aquela que sabe utilizar o uso proporcional da força.

Tratava-se da perseguição por um furto de automóvel – são centenas por dia no Rio de Janeiro ou em São Paulo, nas grandes cidades brasileiras. Então, naquele mesmo momento de perseguição, havia outros carros sendo roubados. Não se pode conceber isso. Havia uma outra criança, irmão de João Roberto, que poderia ter sido atingido por uma das balas que perfurou o carro.

Termino lembrando da relação que existe também entre a jovem de Abaetetuba e a menina de 13 anos, de Roraima, episódio já mencionado pelo Deputado, em que está preso um Procurador-Geral do Estado, um major da PM, um alto funcionário do Tribunal Regional Eleitoral e outros presos. Entre os outros presos, um cometeu suicídio. Pedofilia e rede de exploração sexual contaminando autoridades dos poderes públicos.

Aqui eu contei com a compreensão do Senador Magno Malta, da CPI, que precisava – e nós tivemos um diálogo aflito das duas partes – ouvir essa menina de 13 anos. E faço um apelo aos Deputados e às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras. Fomos convocados pelo juiz de Boa Vista para ouvirmos o depoimento e estamos construindo a possibilidade de realizarmos a audiência, em Boa Vista, na segunda-feira.

Mas quando o Senador me pediu, eu respondi que a menina estava sob um programa de proteção e que eu não sabia o Estado em que ela se encontrava. E não devo saber. Há medidas de proteção judicial, Deputada Rita.



Presidente Garibaldi, cada um desses episódios é importante. Já fizemos o apelo também à Senadora Patrícia Saboya, para que não permitamos que o depoimento de segunda-feira, em hipótese alguma, dê-se à luz de câmeras de televisão ou numa sala com três, quatro homens de terno e gravata, de uma faixa de idade que lembrará a essa criança aquelas figuras que não são clientes – não se pode falar em cliente quando se trata de exploração sexual de uma criança de 13 anos –, mas seus violadores, porque violadores foram todos os que se envolveram na utilização dos serviços sexuais de uma criança de 13 anos.

O Senador Magno Malta compreendeu, e agora estamos estabelecendo a conversação, para os termos em que será tomado o depoimento na segunda-feira.

Eu termino lembrando o paralelo necessário – e peço de novo a atenção das Deputadas e dos Deputados, das Senadoras e dos Senadores – no episódio da menina xavante Jayia, de 15 anos, muda, parálitica, cruzamento perfeito entre o nosso evento de hoje e o evento de ontem aqui no Senado. Ela foi morta em Brasília numa casa de apoio mantida pela Funasa 15 dias atrás e, numa ignomínia dessas, que o Brasil tem repetido, infelizmente com alta freqüência, notícias de responsáveis de imprensa, com fontes anônimas, diziam que o delegado já concluiu a autoria desse homicídio, que se tratava de um possível empalamento, ruptura de órgãos abdominais, com introdução anal. Esse homicídio teria sido responsabilidade ou da mãe da menina ou da tia, por ciúmes, e a imprensa se descuidou e o assunto morreu.

E eu faço o paralelo com o caso Isabella Nardoni, com a sua comoção, mas que envolvia, de alguma maneira, uma classe média de São Paulo, e a índia xavante, não. A índia xavante é parte daquilo que muitos de nós ainda vemos como um mundo subumano, de pessoas violentas, quando os indígenas são portadores de direitos individuais, de direitos humanos equivalentes ao de qualquer outro brasileiro de qualquer outro segmento, descendente dos grupos migrantes que vieram para o País a partir de 1500.

E agora, anteontem, no depoimento, as duas mulheres, uma em xavante e a outra em português, repeliram taxativamente qualquer participação, impondo-se a necessidade de reavaliar a possibilidade de erro médico, a possibilidade de reabrir o processo. Nós, dos direitos humanos, estamos acompanhando o processo, mas nos sentindo quase como “voz que clama no deserto”, pois é como se o Brasil já tivesse contabilizado esse episódio. É um compromisso que não podemos deixar de tomar aqui, neste dia de celebração dos 18 anos do ECA.

Não podemos deixar de enfrentar casos como esses com discursos de denúncia parlamentar nas duas Casas, com as iniciativas que estamos tendo junto à polícia, à Funasa, à Funai, para que esse assunto não seja, em hipótese alguma, jogado na gaveta de casos sem esclarecimento, dada a inadmissibilidade. A mente humana repele a idéia de um assassinato de uma menina indígena de 15 anos, muda, parálitica, ou seja, inúmeras vulnerabilidades reunidas num pequeno corpo humano que exigia, de cada brasileiro, de cada brasileira, proteção, defesa, solidariedade e não a violência ou o descaso de que foi vítima e que continua sendo vítima.

Muito obrigado. Peço desculpas por ter de me retirar. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, que falará pela liderança dos Democratas.

Em seguida, falará o Senador Magno Malta.

A SRª ROSALBA CIRALINI (DEM – RN. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, que preside o Senado Federal; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que me antecedeu nesta Tribuna; Deputada Rita Camata, fundadora e membro titular da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente, como sua liderada na Frente – porque faço parte da Frente, liderada por esta grande mulher que tem sido persistente, e graças a Deus persistente, porque é isso que precisamos ser na questão da infância e da adolescência –, quero dizer que V. Exª tem se dedicado de maneira especial à questão das nossas crianças. Quero cumprimentar a Srª Carmem Silveira de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Srª Rosa Maria Ortiz, membro do Comitê dos Direitos das Crianças das Nações Unidas/Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, de importância muito grande nessa luta em favor das nossas crianças, e a Srª Ana Lúcia Andrade, educadora do Projeto GirAção.

Quero também cumprimentar o Deputado Federal Alceni Guerra, que tem uma história dedicada também à causa da criança. Aqui eu quero fazer justiça: eu era prefeita da cidade de Mossoró, no meu primeiro mandato, e Alceni Guerra, meu colega, médico, também pediatra, era Ministro e me deu um apoio importantíssimo.

Deputado Alceni, daquele apoio, daquele incentivo que recebemos através do projeto que o senhor tinha para crianças, conseguimos colocar, em unidades de apoio à criança, na minha cidade, dez mil crianças em creche. Isso foi um marco. Além disso, havia toda aquela filosofia do ensino integral, uma luta em que continuamos hoje, por entender que a educação passa por escola de tempo integral.

Queria também cumprimentar o meu conterrâneo, Promotor da Infância e da Adolescência, Manoel Onofre Neto, que aqui representa a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, e, em seu nome, cumprimentar os demais convidados e autoridades aqui presentes.

Quero dizer, Dr. Manoel Onofre, que eu também posso dar o meu testemunho do quanto tem sido importante o trabalho que a Promotoria vem desenvolvendo nas questões de apoio e defesa das nossas crianças e adolescentes.

Minhas senhoras e meus senhores, em 13 de julho vamos completar 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dezoito anos é, na realidade, um número emblemático, que nos lembra maioridade, que nos lembra emancipação e liberdade. Mas será que, nesses 18 anos que o Estatuto está completando, nós podemos comemorar a libertação das nossas crianças da fome, da violência, da falta da escola, da falta do ambiente saudável, da falta de proteção a sua saúde? Infelizmente, não.

Se nós nos orgulhamos de ter um instrumento moderno, um instrumento de proteção às nossas crianças, que é o Estatuto, que foi feito num



momento histórico, quando o nosso Brasil estava construindo a sua Constituição cidadã, quando nós estávamos abrindo as portas da redemocratização, infelizmente, se nós nos orgulhamos do Estatuto, nós nos envergonhamos, ainda, das estatísticas.

Eu não vou aqui relatar os fatos de violência porque sei que todos os oradores que aqui passaram lembraram de um caso ou de outro, mas o que dói é que a gente, pensando bem, sabe que neste instante, neste segundo, Deputada Rita, com certeza uma criança está sendo vítima de violência, uma criança talvez esteja pelas ruas, começando – estou falando que está começando – a se prostituir, uma criança está saindo da escola ou outras não têm nem o direito à vida porque estão morrendo pela falta de condições nas maternidades, nos hospitais ou até porque não tiveram o direito de ter a proteção de um pré-natal que lhes desse condições de nascer mais fortes e mais saudáveis.

Então, neste momento em que comemoramos um instrumento tão importante na defesa da nossa infância e da adolescência, no momento em que prestamos uma homenagem a todos os homens e mulheres de boa vontade que, durante esses dezoito anos, dedicaram-se a essa causa, queremos também aqui fazer uma reflexão e a convocação: vamos avançar mais. Não podemos, de forma nenhuma, negar às nossas crianças esse direito mínimo – e quando digo direito mínimo, quero aqui relembrar a origem, para que possamos, daqui a alguns anos, dizer que a violência contra a criança realmente acabou ou está reduzida a um mínimo. Isso pode ser uma utopia, mas é o sonho de todos nós. Que daqui a alguns anos possamos dizer que todas as nossas crianças realmente têm uma escola de qualidade e todos os outros direitos.

Eu gostaria aqui de lembrar as tantas ações que são desenvolvidas, que já estão trazendo resultados, que estão apoiando: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, programa de apoio às vítimas de violência, enfim, várias ações.

Temos que nos lembrar e voltar a atenção para as ações da origem, porque, se não tivermos na origem o apoio maior, se a criança, ao nascer, não puder abrir os olhos e sentir-se num ambiente saudável, protegida, já vai começar a ter distorções, infelizmente, pela falta de condições, que leva a que, no futuro, elas não sejam os grandes homens e as grandes mulheres que o Brasil precisa, que nós sonhamos e que estamos, nesta luta, tentando construir.

Na verdade, senhoras e senhores, quando falo na origem, eis por que defendo – e dei entrada nesta Casa, no ano passado, com uma proposta de emenda à Constituição – a licença maternidade de seis meses. Sei que há projetos semelhantes na Câmara, vamos nos associar e vamos lutar todos, não somente as mulheres, mas também os homens deste Brasil. Se são importantes os quatro meses – e como são importantes –, seis meses são ainda mais importantes para que essa criança seja bem amamentada, bem cuidada, para que a mãe possa dar o máximo que puder a essa criança nesses seis meses, que são vitais para ela se desenvolver com mais saúde e crescer em melhores condições. É um investimento para a criança, para sua saúde. Conseqüentemente, se todas as crianças tivessem esse direito de ser amamentadas e bem cuidadas em seis meses, o custo Brasil para a saúde do nosso Brasil. Por que temos de nos acomodar e ficar insensíveis a tudo isso? Não! As ações devem ser preventivas. Aqui, um dos oradores disse que a criança não tem sindicato, a criança não vota. Será que é por isso que



esquecemos essas ações, que são tão simples, para a nutrição, para o cuidado, para defender a vida dessa criança?

E as creches? Ai, Deus do céu! Só pode ter creche... Um mínimo de crianças tem direito à creche e à educação infantil: 13% por cento, apenas!

Nós sabemos, está comprovado, temos estudos da Unicef mostrando que nos países onde todas as crianças têm o direito maior da educação infantil, essas crianças, na fase adulta, são pessoas que atuam em defesa da paz.

A violência de hoje tem, com certeza, como ser prevenida no futuro, tem como ser combatida no futuro: pelo caminho da educação, do apoio, da atenção à criança desde a creche, chegando à educação infantil, de três a seis anos, entrando no ensino fundamental de qualidade, numa escola onde a criança se sinta feliz, não somente para aprender, mas para desenvolver as atividades que são próprias da infância, como o esporte, a cultura e o lazer, uma escola onde a comunidade seja participante. É isso o que precisamos para reduzir a violência, para reduzir a prostituição infantil, para reduzir o trabalho infantil.

Quando digo que está na origem, é porque esta é a origem: a defesa do direito maior que têm todos os cidadãos, e entre eles os nossos pequeninhos, à vida, à saúde, à educação e, conseqüentemente, a melhores condições de ambiente.

Deixo aqui, neste dia, mais um vez, os meus parabéns a todos que, apesar das imensas dificuldades e dos obstáculos que têm encontrado no decorrer dessa caminhada, não arrefeceram na luta. Quero dizer a todos eles que também estou nessa luta, porque a criança faz parte da minha vida.

Nós sabemos que a criança tem direitos e reforço que, neste Brasil, a criança é rei. Mas vamos fazer com que ela realmente tenha as condições de um rei: saúde, educação, melhores dias, com certeza um Brasil mais forte e mais desenvolvido.

Vamos combater todas as formas de ações que levem a diminuir a proteção à criança e que o Governo, não somente o federal, mas o estadual e o municipal, as associações e a sociedade como um todo entendam que a criança tem de ser prioridade, a criança tem de vir na frente, porque ela é o nosso futuro.

Muito obrigada. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} Senadoras; Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados; Sr. Ministro, que já se foi; Deputada Rita Camata, que é do meu Estado e que abraço, cumprimento as mulheres da Mesa, abnegadas sacerdotisas da luta pela criança no Brasil, as entidades, as ONGs, as pessoas de casa que assistem à TV Senado e que, *pari passu*, acompanham cada palavra e cada manifestação neste dia de absoluta importância para a vida da Nação, para a vida de todos nós, para a vida da criança brasileira.

Venho a esta tribuna com um misto, Deputado Alcení Guerra, de tristeza e de alegria: sinto tristeza, porque penso que as conquistas são absolutamente menores do que aquilo que ainda há para se conquistar, e alegria, porque cresce nossa compreensão, todo dia, de que não devemos e não podemos arrefecer na luta em função dos desafios que virão adiante. A sociedade requer, a família requer, todos nós requeremos que nossa sociedade seja absolutamente sadia no seu comportamento, e a sociedade de amanhã são as crianças de hoje.

Há 30 anos, tiro pessoas drogadas das ruas e nunca respeitei faixa etária: há menino de oito anos alcoólatra, menino de oito anos viciado em *crack*, menino de 13 anos dono da “boca”, gente de 70 anos, de 50 anos, de 17 anos. Quando minhas filhas nasceram, eu já estava envolvido nessa luta.

De forma muito específica, presido, hoje, a CPI da Pedofilia. Quando presidi a CPI do Narcotráfico, detectei, pela força do fuzil, da bala e do dinheiro, que narcotraficantes já tomavam crianças das suas mães nos bolsões de miséria, nos morros e nas favelas e que mães, por conta da ausência do Estado, algumas sem compreender de fato seu papel, entregavam seus filhos, de forma deliberada, para terem uma vida mais ou menos nababesca no meio da sua miséria, se é que dá para ter vida nababesca no meio da miséria, mas é o que o traficante pode dar, o que a ausência do Estado pode acrescentar e oferecer. Denunciei isso há oito anos e, há quatro anos, nesta Casa, tenho denunciado, denunciado, denunciado, denunciado, o tempo inteiro, a pedofilia.

Até o HD da minha cabeça, com toda a compreensão que sempre tive do que era pedofilia, ainda não estava formatado para entender, realmente, o que é pedofilia, Deputada Rita Camata. Comecei a receber material do Brasil inteiro e comecei a receber vídeos feitos pelos próprios pedófilos, vídeos de abuso, porque, além da tara do abuso, eles têm a tara do exibicionismo.

Hoje, vemos a pedofilia com o advento da Internet e dos crimes cibernéticos. E, há 18 anos, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi feito, não se previa isso, porque ainda não se falava em algo fechado, em Orkut, em MySpace, nem em Facebook, pois nada disso existia.

Comecei a receber vídeos que me apavoraram. Recebi um vídeo, do Ministério Público de Minas Gerais, que me apavorou. E saí, de gabinete em gabinete de Senador, dizendo: “Olha, vou pedir uma CPI. Quais são minhas chances?”. Eles diziam: “Nenhuma. Com essa história de cartão, nenhuma”. E eu dizia: “Mas não há chance com essas imagens?”. Eu abria as imagens, e os pais de família punham a mão na cabeça, pois lhes vinham as imagens dos netos e dos filhos: “Mas isso não existe!” “Existe. Está aqui.”



Disse ao Presidente da Casa, Senador Garibaldi: “Presidente, precisamos abrir uma CPI sobre pedofilia. Vim lhe relatar o que é pedofilia”. Fui aos Líderes e obtive o convencimento de todos eles. Lembro-me de que, aqui, nesse corredor, em pé, chamei a atenção do Senador Tuma, no canto, e lhe falei disso. Parecia ser uma coisa sem futuro, mas começamos a mergulhar, e eu falo de uma forma muito específica, na quebra do sigilo do Orkut, dos 3.261 álbuns.

Cumprimento o Dr. Thiago, Diretor da SaferNet, essa ONG tão importante para o combate à pedofilia no Brasil. Eu o chamei para vir à CPI falar numa audiência pública e recebi um dossiê fechado, de uma briga do Google com o Brasil de quatro anos, de uma briga de cinco ou seis anos com outros países do mundo, pela recusa de entregar os bandidos abusadores de crianças brasileiras.

Quando conseguimos abrir o sigilo do Orkut – lembro-me daquela fatídica quinta-feira –, nunca vi nada tão ignominioso na minha vida, nunca vi tanto pus, tanta lama, tanta miséria, tanta lágrima, tanta angústia! Os promotores que estavam naquela sala – eram duas promotoras – revezavam-se no banheiro para vomitar. Uma das promotoras, Deputada Rita, era do nosso Estado e vomitou bÍlis sobre a mesa.

Sr. Presidente, eles estão abusando de crianças de 30 dias de nascimento. Cinco homens abusam de uma criança de três anos de idade! São os bêbados dos morros? Não. São os desempregados das favelas, para os quais a conta foi sempre debitada? Também. Mas esses não são sequer encontrados aqui, porque eles não dispõem de computador e não sabem manejá-los. Não são eles. São homens e mulheres que moram em condomínios, que têm patentes, que vestem toga e estola, que têm divisa, que têm mandato e que estão abusando de crianças neste País! E esse é um crime rentável: são US\$3 bilhões por ano no mundo!

Infelizmente, Sr. Presidente, o Brasil é o maior consumidor de pedofilia pela Internet. Senadora Serys, somos o número um, para nossa vergonha! E, nos outros quesitos, não descemos do pódio; se não somos o primeiro, somos o segundo; se não somos o segundo, somos o terceiro. Mas continuamos no pódio, para nossa vergonha! E os crimes fora da Internet, os crimes ligados ao crime organizado, os crimes cometidos de forma independente?

A tipificação de crime organizado diz que, quando duas, três ou mais pessoas se reúnem para cometer crime, isso é caracterizado como crime organizado. E um pedófilo nunca está só; ele nunca está só. O que fazer? Pensamos em prender o abusador, aumentar a pena, tipificar condutas. E quanto ao abusado?

Deputada Rita Camata, cheguei de Roraima, onde estive durante todo o fim de semana: sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira. Senadora Serys, a mídia nacional divulgou que um procurador, secretário da Casa Civil por duas vezes, fora preso por abusar de crianças de tenra idade, em motel. Inclusive, uma criança de doze anos ficou grávida dele. Fui àquela cidade ouvir o procurador. Presenciei um momento triste, mas bonito na cidade: “Mães contra a Pedofilia”. Quero saudá-las, se estiverem me ouvindo. A cafetina Lidiane Foo levava as meninas para serem abusadas. Dois milionários foram presos, donos de concessionárias, donos de redes de lojas, para quem a cafetina levava crianças. O Ministério Público ofereceu-lhe delação premiada, e eu a ofereci proteção à



testemunha, o que ela aceitou. Então, ouvi o Procurador, que me disse que não a conhecia ou que a conhecia de muito pouco tempo, só há cinco meses, mais ou menos, não mais que isso. Fiz com que ela entrasse na sala, Senador Tuma. Quando ela entrou na sala, com aqueles olhos perdidos no horizonte, as lágrimas caindo, eu lhe disse: “Lidiane, o procurador disse que não a conhece. O fardo é todo seu. Ele não a conhece!”. Ela olhou para ele, Deputada Rita, e disse: “O senhor me conhece. O senhor me estuprou quando eu tinha onze anos de idade. Fui abusada pelo senhor. Foi o senhor que abusou de mim”. Ele foi abusar dessa menina na periferia, e essa menina, agora, tornou-se agente do abuso. Quanto vale a honra de uma criança pobre? Dez reais? Quanto vale a honra de uma criança pobre? Um lanche no McDonald’s? Foi assim que ele comprou a honra dela. E agora Lidiane Foo leva a filha de sete anos para ser abusada pelo mesmo procurador, em motel.

Deputada Rita, ouvi o Projeto Sentinela. É preciso que essas coisas sejam incluídas. Não sei se já existe ou não lei – se não, temos de fazê-la – para criminalizar o ordenador de despesa, o homem público que exerce a prefeitura, o governo. É preciso que se dê atenção a esses projetos com dignidade! Conselhos tutelares precisam da atenção definitiva. Conselho tutelar é lugar para gente abnegada, que tem sacerdócio na luta pela criança. Conselho tutelar não pode ser refúgio para se fazer cabide de emprego, para empregar alguém em quem você tenha interesse.

Portanto, o Projeto Sentinela precisa ter toda a atenção do Poder Público. Fui ao Projeto Sentinela ouvir as crianças abusadas, Senador Tuma. E, ao chegar ali, pude ver que ali estavam as psicólogas. É uma casa até bonita. Os quartos são pequeninhos, mas com brinquedos. Há lugar para pintar, para ouvir e atender as crianças e para fazer os depoimentos sem dano. Eu disse à psicóloga: “Fique à vontade. Há uma procuradora que pode acompanhá-la, mas não quero fazer perguntas”. Fiquei olhando as crianças, mas, de repente, eu me envolvi; descobri que eu sabia desenhar. E meu amigo aqui, o filho da Deputada Rita, que o diga: basta entrarmos no avião, que ele já me dá um papel e uma caneta. O último desenho meu foi o do pai dele, que entreguei na mão dele. Ele está novinho. Você sentiu firmeza, não é? Disse-lhe: “Este é seu pai jovem”.

Comecei a desenhar, e as crianças começaram a pintar. Pedi o violão e comecei a cantar para elas, e começamos a conversar, e uma menina muito pequenininha chamada Ádria, de seis anos, Senadora Serys, falou: “Tio, vou desenhar a piscina a que fui com o tio”. A piscina, Senador Tuma, era a banheira de hidromassagem de um motel. Eu lhe disse: “Mas como é essa casa do tio?”. Ela disse: “É pequena. Quanto você entra, há uma cama e um negócio na parede em que a pessoa bota a comida”. Eu lhe disse: “Desenha a piscina”. Ela riscou um círculo, pôs uns risquinhos no canto, dizendo: “Aqui sai água assim”. E pôs outros risquinhos, dizendo: “Este é o tio sentado aqui”. Eu disse: “Você sabe escrever o nome dele?”. Ela disse: “Sei”. Escreveu. Fez outro pinguinho e disse: “Esta aqui sou eu. Aqui, é a tia. E, aqui, é a filha da tia”. Uma criança de seis anos, Senador Tuma, sentada no colo daquele desgraçado, pústula, nojento!

Mas a figura desse homem – não sei se posso chamá-lo de homem – é a figura de milhares de brasileiros que estão abusando de crianças! Abri uma imagem para o Presidente Lula daquele Tenente, desgraçado, de São Paulo, que



deu um tiro na cabeça. Fui à Presidência – V. Ex^a me acompanhou – e abri a imagem para o Presidente Lula daquele desgraçado, abusando de uma criança de dois anos. O Presidente Lula pôs a mão na cabeça e me disse: “O povo vai vir para as ruas pedir pena de morte”. Eu disse: “Vai vir, Presidente, vai vir, sim!”. O povo vai começar a fazer justiça com as mãos, como já está fazendo em vários Estados.

Precisamos tipificar o crime, mudar o Código Penal, até para proteger o pedófilo! É preciso dar uma pena de trinta anos, com pulseira eletrônica até a morte, para ser visto e guiado pelo satélite, e tipificar todo tipo de conduta.

A única lei que há para combater crime cibernético no Brasil é uma lei esdrúxula, nojenta: o sujeito pode ter a posse do computador, que pode estar cheio de imagens; o sujeito pode ter computador em casa, mas só é criminoso se for pego teclando.

Ontem, foi feito um acordo com o Presidente do Senado, com o Presidente Arlindo Chinaglia e com a Frente de Combate a Exploração Sexual da Câmara, a Frente de Mulheres, que esteve conosco na CPI vendo as imagens, Deputada Rita: foi firmado o compromisso de que a matéria deve seguir imediatamente para Câmara. Há o compromisso do Presidente da Câmara de colocá-la em votação urgentemente, para que o Presidente Lula possa sancioná-la. Anteontem, o Ministro Tasso me ligou, dizendo que o Presidente Lula já o havia chamado cinco vezes.

Ontem, votamos a Difusão Vermelha. A Difusão Vermelha, senhores, a Difusão Vermelha, Brasil, é uma lei de que precisávamos há muito tempo. É uma luta do Senador Tuma. A Difusão Vermelha é uma lei que permite que o Brasil prenda um criminoso de outro país que tenha mandado de prisão em seu país. Hoje, esse criminoso chega ao Brasil, e não há como prendê-lo, mesmo se sabendo que há um mandado de prisão. Isso ocorre por que não há a chamada Difusão Vermelha. Os pedófilos vêm ao Brasil. Antes, havia sido descoberto o turismo sexual, mas, Sr. Presidente, há coisa pior do que o turismo sexual. Imaginava-se que eles vinham abusar de meninas de treze, quatorze, quinze anos. Existe o turismo da pedofilia: eles vêm abusar até de bebê no Brasil. Há mandado de prisão no país deles, e não podemos fazer nada.

Ontem, votamos a Difusão Vermelha, matéria que segue imediatamente para a Câmara dos Deputados, para ter prioridade na pauta. Votamos ontem essa matéria, e fico muito feliz, Deputada Rita Camata. Perdoem-me os outros Parlamentares o fato de eu me referir somente a S. Ex^a. É que S. Ex^a é do meu Estado e, há dezoito anos, está nessa luta. Não pude estar ainda porque era adolescente. *(Risos.)* Quem chora tem de rir um pouco.

O projeto diz o seguinte: “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como para criminalizar a aquisição, a posse de tal matéria e outras condutas relacionadas à pedofilia e à Internet”.

Os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069 ficarão com a seguinte redação:

Art. 240. *Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar, registrar por qualquer meio cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente.*

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.



§ 1º Incurrer nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage ou, de qualquer modo, intermedeia participação de criança ou adolescente de cenas referidas no caput deste artigo e ainda com aqueles que contracena.

§ 2º Aumenta-se a pena de um terço se o agente comete o crime no exercício do cargo e na função pública, prevalecendo-se das relações domésticas de coabitação ou de hospitalidade, ou prevalecendo-se das relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau e por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tem autoridade sobre ela, ou sem seu consentimento.

Art. 241. *Vender, expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cenas de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança e adolescente.*

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

O art. 2º da Lei nº 8.069 passa a vigorar com a redação que se segue. Isso é muito importante. A Lei ainda não foi sancionada. É mais ou menos assim: você empresta sua arma para alguém, que faz o assalto e mata; você é preso por que emprestou a arma, mas o cara que assalta e mata não é preso. Você agencia uma criança, e o cara que dela usa e abusa, que a leva para o motel, não é preso; preso é o agenciador. Mas a Lei passa a vigorar desta forma:

Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar, divulgar, por qualquer meio, inclusive através de sistema de informática, telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança e adolescente.

Pena – reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos.

§ 1º Nas mesmas penas, incorre quem assegura os meios ou serviços para armazenamento de fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput dos artigos ou assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do parágrafo anterior são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço regularmente comunicado deixa de desabilitar o acesso de conteúdo ilícito de que trata o caput do artigo.

Art. 241-B. *Adquirir, possuir, armazenar por qualquer meio, fotografar, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito e pornografia envolvendo criança ou adolescente.*

Pena – reclusão de 1(um) a 4 (quatro) anos e multa.

A pena é diminuída de dois terços da pequena quantidade do material. Não há crime se a posse e o armazenamento têm finalidade de comunicar à autoridade competente a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A, 241-C, desta Lei.

Isso foi colocado, para poder salvaguardar os provedores, porque a briga do Google se deve ao fato de que esse site não queria guardar material nenhum. Agora são 180 dias. O termo de ajuste de conduta é de seis meses. Então, eles vão ter de ter a posse e não podem ser criminalizados. E a investigação do Ministério Público, da Polícia? Eles vão ter o material e não podem ser criminalizados. Então, foi com essa visão que se colocou isso no texto.



Sr. Presidente, muito rapidamente, leio o art. 241-C: “Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito e pornografia, por meio de adulteração de imagem, modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual”. Ou seja, o sujeito pega a imagem de alguém, faz uma montagem, põe a cabeça de um no corpo de outro ou mesmo tenta fazer um desenho animado que represente a figura de alguém. Para esse caso, a pena é de três anos de reclusão. “Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe, disponibiliza, distribui, publica, divulga, por qualquer meio, e adquire, possui e armazena o material produzido na forma desse *caput*.”

O art. 241-D diz: “Aliciar, assediar, instigar, constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, ou a fim de com ela participar de atos libidinosos”.

Isso quer dizer o quê? Há a história de se dizer que não teve relação sexual, de que não teve conjunção carnal, que é o termo técnico. Os advogados alegam: “Ah! Mas não houve conjunção carnal. Meu cliente não penetrou essa menina de cinco anos, ele só passou a mão nela, ele só bolinou a criança”. Então, bolinador agora é criminoso. Não precisa haver conjunção carnal. A bolinação vira crime: “Aliciar, assediar, instigar, constranger de qualquer modo...”. A pena é reclusão de um a três anos e multa. E, nas mesmas penas, incorre quem facilita o crime. Há muitas mães que facilitam o crime, induzem o acesso da criança a material contendo cena de sexo explícito e pornografia, a fim de praticar atos libidinosos. Há pessoas que dão revistas pornográficas a crianças, para mexer com a libido. Há n casos desses na nossa mão. Assim, a Lei trata de quem pratica as condutas descritas no *caput* com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou a participar cenas de sexo explícito.

Para efeito de crimes previstos na lei, a expressão “cena de sexo explícito e pornografia” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais ilícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Deputada Rita Camata, essa lei foi votada ontem aqui e segue para a Câmara. Há um acordo do Presidente Arlindo Chinaglia em colocá-la em votação com urgência. Aos Deputados que aqui estão e a V. Ex^a, peço que dêem celeridade à votação dessa matéria, porque urge a necessidade de sancioná-la, urge a necessidade de convalidar o termo de ajuste de conduta que foi feito conosco pelo Google. Na primeira semana de agosto, a Microsoft virá à CPI, para falarmos de termos de ajuste de conduta, da questão dos *e-mails*, dos MSNs. E precisamos dessa lei com muita urgência.

Há a sala de bate-papo da UOL e as salas de bate-papo, infelizmente, descritas como salas de incestos: pais abusam de filhos, mães adoram suas crianças. Quando você entra ali, percebe que são verdadeiras podridões.

Dessa maneira, encerro minha fala, dizendo que há muito pouco a comemorar, mas que, se não perdermos a visão no combate à pedofilia, que é onde estou focado, que é onde, neste momento, estamos focados, vamos chegar a algum lugar.

Já encerro, Sr. Presidente.

O que mais me alegra é que, quando estive com o Presidente Lula, levei o Plano Nacional, engavetado desde 2006, um plano maravilhoso, que foi concebido por muitas mãos, porque havia representantes de todos os Ministérios –



participaram, inclusive, a SaferNet e o Dr. Suyama, Procurador de São Paulo. Estou oficiando isso ao Presidente Lula, a fim de que dê uma participação à CPI neste novo momento do Plano Nacional, assim como aos técnicos e ao Ministério Público, que estão trabalhando na CPI, pois nada mais importante do que tirar o Plano Nacional da gaveta, que lá está desde 2006. Aí sim, o Governo cumprirá um grande papel para com a sociedade!

Essa é a disposição do Presidente Lula, segundo o Ministro, que já me chamou seis vezes e que aqui discursou. Ontem, falou comigo a respeito do depoimento sem dano de NJ, que são as iniciais do nome da criança de treze anos que precisamos ouvir, porque é ela que faz as denúncias relativas às autoridades de Roraima. E será um depoimento sem dano. Ela não precisará vir a Brasília. A CPI vai até lá. Aliás, até lá vai o Senador Demóstenes Torres, que é o Relator, com uma psicóloga, para ouvir a menina onde ela estiver, sem que a imprensa saiba onde ela está.

Pois bem, com esse Plano Nacional colocando em prática uma estrutura de combate ao crime contra a criança na Polícia Federal e nos Ministérios Públicos, se os Procuradores Gerais e os Governadores se dispuserem a criar promotorias de enfrentamento ao crime de abuso sexual contra a criança ou crime de pedofilia, o País mudará.

Com essa legislação e com o Plano Nacional em voga, que trata da questão do abusado, que acode o abusado, que socorre o abusado, tendo a Justiça brasileira o controle em termos de ajuste de conduta dos provedores dos sites de relacionamento da própria Internet que navegam e levam o dinheiro do nosso País, não vamos acabar com o problema, mas, minimamente, colocaremos os pedófilos em seu real lugar. E que eles pensem dez vezes antes de abusar de uma criança!

Para tanto, nossa proposta é esta: trinta anos sem progressão de regime mais tipificação de todas as condutas, fechando todas as portas.

Na próxima semana, votaremos a lei que dá perdimento aos estabelecimentos em que crianças são abusadas, como restaurantes, postos de gasolina, motéis, barzinhos, seja o que for. Onde houver uma criança abusada, haverá perdimento e mais prisão para o dono do estabelecimento.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a complacência. Hoje é um dia absolutamente importante. E agradeço aos senhores a atenção.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Se o Presidente permitir, farei um rápido aparte, já que não quero usar da tribuna em razão de o tempo estar se esgotando. Sr. Presidente, peço a V. Ex^a dois minutos para um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo a Deputada Rita Camata, pela presença e pela excelência do ato de convocação. Senadora Serys, V. Ex^a tem conosco participado de várias reuniões nesse sentido. Inclusive, houve a participação da Senadora Patrícia na Presidência da CPI do Abuso Sexual de Crianças. Deputada Rita Camata, não sei se hoje teríamos de



comemorar alguma coisa. Eu gostaria de estar aqui com uma tarja preta no braço pela amargura e pela tristeza de fatos que vêm ocorrendo com crianças nos últimos dias. Hoje, pela manhã, desgraçadamente, tivemos de ouvir aquele pai que, desesperado, reclamava da ação de dois policiais militares que mataram seu filho de três anos de idade, e a mãe, desesperada, estava sem saber o que fazer, sem saber que caminho seguir. Há uma série de proteções. O Estatuto é uma beleza e vai sendo modificado ao longo do tempo, pois há fatos que surgem, e as modificações são necessárias. O Senador Magno Malta trouxe ao meu conhecimento a necessidade da CPI. Imediatamente, concordei com S. Ex^a, que me indicou para Vice-Presidente. Já realizamos algumas diligências. Como eu disse a V. Ex^a, Senador, durante cinquenta anos, estive na Polícia e nunca vi, Deputada, tanta canalhice e tanta imoralidade como vejo nessas pessoas que abusam da pedofilia! Na última audiência na Assembléia Legislativa – o Dr. Thiago estava lá conosco –, ouvimos um casal que me chocou profundamente. Por quê? Porque o filho, com nove anos, foi abusado. Senadora Rita – vou chamá-la de Senadora, porque V. Ex^a é melhor do que o Camata –, sabe o que ele falou para a mãe? Ele disse: “Mãe, eu me viciiei. Então, é melhor eu morrer, eu me matar”. Essa foi a expressão da mãe, que, entre lágrimas, repetiu isso no depoimento. O filho acredita que trouxe desgraça à família e se sente irrecuperável. E discutíamos como recuperar essas crianças, que, infelizmente, acabam se viciando no ato da pedofilia. Que caminho sagrado podemos pedir, a não ser rezar, rezar, pedindo ajuda a Deus? “Mãe, será que não seria melhor eu me matar, para não trazer esse sofrimento para a senhora e para o meu pai?” Vi um caso absurdo: um canalha explorava a imagem de uma criança, dos seus seis meses aos três anos, pela Internet. Ontem, votamos sobre esse crime, que foi aqui bem exposto pelos dois Senadores que trabalharam em conjunto, com o auxílio do Thiago e do Promotor que V. Ex^a citou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O Promotor Suyama.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Houve o auxílio do Promotor Suyama e de muitos outros. E houve a assinatura de uma conduta mais regrada. E outros *e-mails* vão também sofrer com esse acordo. Por quê? Porque a liberdade era total. É a liberdade de falar e pensar o que quiser sem haver interrupção. Mas como se pode facilitar o crime, explorando a criança? Não podemos mais permitir que isso aconteça. Essas empresas não respeitavam a legislação brasileira, porque não havia lei. E, agora, com a luta da CPI, sob a Presidência do Senador Magno Malta e com o apoio do Presidente da Casa, tem se corrido atrás de uma legislação mais forte. Ontem, obtivemos votos. A Difusão Vermelha é algo importantíssimo. Fui Vice-Presidente da Interpol. Se há qualquer criminoso, no mundo inteiro, em 180 países, com crimes graves, a Interpol manda a Difusão Vermelha, como se fosse um mandado de prisão, para que esse sujeito, localizado, seja preso e entregue à Justiça para punição, não ficando em liberdade até que o país mande a documentação, peça a extradição. A lei já funciona. E era desejo do Senador Magno Malta que houvesse essa velocidade. Não podemos deixar de saber o que está sendo feito. E levei o assunto agora, Deputado, para o Mercosul, a fim de discutirmos uma legislação única. Levei um documento, que foi aceito. Está no Departamento de Direitos Humanos, a fim de que haja uma legislação única sobre pedofilia no continente sul-americano, para o combate direto àqueles que não



sabem se comportar perante a dignidade de uma criança. Senadora Rita, outra coisa que me vem à lembrança é o caso da Patrícia Gomes, também quando estava na Polícia Federal. Na região do Pará, Senadora Serys, havia muita exploração de prostituição infantil nos bares e nos cabarés das estradas, em que a criança era explorada não pela idade, mas pelo peso. Dependendo do peso, ela podia se prestar ao serviço. E o pior, Senador, eram os pais que alugavam os filhos para servirem de focos de prostituição nas estradas. Conseguíamos retirar essas crianças dali e devolvê-las para a família, mas, se voltássemos um mês depois, lá estavam elas outra vez, e a família estava faturando novamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Romeu Tuma, agora, a nova lei vai dar perdimento ao ambiente. O dono de posto de gasolina em que houver menor para ser abusado por caminhoneiro terá perdimento do ambiente. Estamos fechando nessa tipificação de conduta que V. Ex^a está falando.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não vou falar mais, porque a emoção é muito forte. Vou trabalhar. Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados trabalhará com afinco, sob a presidência de um homem de bem, um homem correto, que tem correspondido à expectativa de todos os pedidos que interessam à sociedade. E seremos vencedores. Agradeço ao Dr. Thiago pela presença e a todos que com ele trabalharam.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradecemos ao Dr. André, à Dr^a Ana, ao Dr. Sobral, à Dr^a Carla, à Dr^a Catarina, ao Dr. Suyama.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Agradecemos a todos eles. Já tivemos aquela reunião maravilhosa, em São Paulo, com a Procuradora-Chefe e com os demais Procuradores, que chegaram a uma conclusão com o Google. O Ministro Márcio Thomaz Bastos e o advogado entrevistaram, para que rapidamente pudesse sair esse acordo, que deverá evoluir para melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Deputado Pedro Wilson enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.



O SR. PEDRO WILSON (PT – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –
Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores e Deputados,

Quero a liberdade, quero o vinho e pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver”
Milton Nascimento

Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. ECA

Queremos saudar, mais uma vez, os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma data importante para a luta dos direitos humanos no Brasil. A Lei Federal nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), já completa a maioria de vigência (18 anos). Acreditamos que esta é mais uma oportunidade para que a maioria da sociedade possa ter mais informações sobre essa legislação. Especialmente que a mídia, a exemplo do *Correio Braziliense*, que esta semana publica um caderno especial sobre o assunto, possa colaborar no sentido de oferecer mais informações sobre a lei.

O ECA trata dos direitos humanos infanto-juvenis como Educação, Saúde, Lazer, Alimentação, Cultura, Liberdade, enfim, a vida. A infância e adolescência como prioridade absoluta em Políticas Públicas está assegurado na esfera legal. No bojo da discussão sobre esse tema, sempre surge aqueles que defendem a redução da maioria penal. Então coloca para a sociedade uma legislação distorcida que não corresponde ao Estatuto da Criança e do adolescente. O ponto mais questionado é o da Inimputabilidade, comumente tratado como impunidade, o que fomenta a redução da idade penal. Contudo, no artigo que versa sobre inimputabilidade, o ECA mostra que essa associação (entre inimputabilidade e impunidade) não procede, cai por terra com a leitura do art. 104: “São penalmente iniputáveis os menores de dezoito anos sujeitos às medidas desta lei (ECA).” Ou seja, criança e adolescente em delito com a lei é iniputável porque responde a seu ato não pelo Código Penal Brasileiro, e sim pela legislação mais específica, neste caso o ECA. Lei que está em consonância com a Constituição Federal, a Convenção Internacional de Direitos da Infância e a Psicologia em entender a infância e a adolescência como fases cruciais do desenvolvimento humano. Essa condição peculiar da criança e do adolescente permeia todo o ECA, inclusive quanto à pena. As crianças e adolescentes que cometem ato infracional, medidas de proteção e as sócio-educativas, essas últimas listada no artigo 112. Esses pontos não são colocados.

O ECA significa uma radical mudança na legislação brasileira, que necessita transformar a realidade sócio-política, em especial das crianças e dos adolescentes. O ECA é o aprofundamento da emenda popular que resultou no art. 227 da Constituição Federal deste País e, como desdobramento maior, a lei de



Proteção Integral: o ECA. O artigo constitucional referido acima está abaixo transcrito:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No artigo 4º do ECA é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Direitos citados que são desrespeitados. O conhecimento do ECA é um excelente instrumento de cobrança a fim de que só direitos mencionados sejam colocados em prática, e como diz a lei com prioridade absoluta. Ou seja, como o próprio parágrafo do artigo acima explica:

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Para que o ECA seja compreendido pela sociedade que a haja uma intensa mobilização da própria sociedade através das suas diversas organizações. É necessário também que a imprensa o compreenda e o aborde. Já quase com duas décadas de existência é inadmissível que a cobertura midiática sobre crianças e adolescentes se paute fora da perspectiva da legalidade, dos direitos e do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Comunicação não pode se comportar e atuar sem um propósito social e humano, sem ser responsável. Responsabilizar-se é comprometer-se tanto com o homem e a informação que leva a ele.

É preciso envolver todos organismos responsáveis da sociedade e do estado. Para tanto, fortalecer e aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como instrumento permanente de orientação e aperfeiçoamento das políticas públicas. E assim, enfrentar as violências presentes nas famílias, ruas, escolas, mídias, drogas, exploração sexual, abandono social e mesmo familiar. A participação social é um fator decisivo e fundamental para implementação das políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente, nesse sentido é preciso fortalecer, formar e renovar a participação de entidades e pessoas nos conselhos tutelares municipais, estaduais e no Conanda. É preciso denunciar todas as formas de violências, explorações e exclusões sociais nas cidades/casas/campos. Como também reconhecer e divulgar os exemplos positivos de ações de governos e da comunidade. Apoiar organismos como escolas, universidades, igrejas, centros e mídias das crianças. Apoiar o MNMMR, MNDH, Cecom, Aldeia Juvenil, Centro



Irmão Áureo, Cecria, Escola Padre Lancísio/Silvânia, frentes parlamentares, creches-escolas, educação infantil e comissões de defesa da criança e do adolescente. Apoiar fóruns, Unicef, pastoral da criança, conselhos, juizados, delegacias, procuradorias, defensorias, OP, com as responsabilidades, competências definidas, ativas, solidárias e devidamente legais e urgentes.

Precisamos de abrigos, acolhimentos institucionais, adoções, apadrinhamentos, arranjos familiares, autonomias, casas de apoio e passagem, casa lar. Precisamos de CRAS, SUS, SUAS, CREAS, famílias acolhedoras, normas básicas, programas de apoio, redes e reintegração familiar. E sistema de informação, república de jovens, sistema de garantias de direitos da criança, ECA, constituição e leis.

Assim, saudamos a comemoração dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Queremos saudar a realização das atividades comemorativas no Congresso Nacional e em todo o Brasil e que possibilita conhecer resultados concretos das políticas públicas sociais destinadas às crianças e adolescente. Dar o peixe e ensinar a pescar. Ver, julgar, avaliar, agir e transformar. Saber pensar, saber fazer ações básicas pela dignidade, liberdade, cidadania de nossas crianças e adolescentes e suas famílias que queremos dignas, sempre. Agora é agir.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao encerrar a sessão, a Presidência agradece às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas, que nos honraram com suas presenças. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 41 minutos.)